

RELIGIOSIDADE

Anitta: "Inimigo de tudo é a alienação"

Artista defende candomblé, do qual é adepta, e diz que crenças podem coexistir. [Página 13](#)

CRIME

Polícia Militar prende assassino de estudante

PM prendeu o assassino do estudante de Veterinária, Luciano Milo, morto na Cidade Jardim, em Goiânia. [Página 02](#)

Diário da Manhã

Desde 1980 - O jornal do leitor inteligente - www.dm.com.br - R\$ 2,50



QUINTA-FEIRA

ANO: 47 | Nº 13.611 22H30 - EDITOR-GERAL: WELLITON CARLOS

14 DE MAIO DE 2026

REAL TIME BIG DATA

Daniel Vilela abre 16 pontos sobre Marconi Perillo

Candidato à reeleição, o governador Daniel Vilela (MDB) cresceu na preferência do eleitorado e abriu 16 pontos de vantagem sobre o segundo colocado. O emedebista cresceu 4 pontos percentuais, enquanto o tucano caiu 2, em relação ao último levantamento. Melhora de Daniel acompanha seu desempenho nos primeiros 40 dias como governador. [Página 07](#)

É HOJE!

Pecuária começa com shows e tecnologia

Tradicional exposição agropecuária chega à 79ª edição com expectativa de atrair mais de 600 mil pessoas, movimentar R\$ 100 milhões e reforçar a cultura do agronegócio goiano. Matheus & Kauan e Simone Mendes comandam a abertura. Neste ano, evento ganha a relevância necessária: a exposição foi reconhecida oficialmente como patrimônio histórico e cultural de Goiás através da Lei nº 24.253. [Página 14](#)



CASO MASTER

Pré-candidato a presidente, Flávio Bolsonaro confirma que pediu dinheiro

Senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) confirmou que pediu dinheiro a Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, para financiar filme. Antes, ele negava ter mantido contato com o banqueiro. Vorcaro teria repassado R\$ 61 milhões para financiar longa-metragem sobre Bolsonaro. O total de repasses seriam R\$ 134 milhões. [Página 07](#)



DROGAS

Traficantes 'lavaram' R\$ 205 milhões

Delegacia de Repressão aos Narcóticos (Denarc) prendeu ontem 10 traficantes. Grupo que "lavou" R\$ 205 milhões em dois anos teve R\$ 100 milhões em bens bloqueados. [Página 02](#)

JUSTIÇA

Cachoeira preso em aeroporto

PF prendeu ontem Carlinhos Cachoeira no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, por mandado de prisão da 8ª Vara Criminal de Goiânia. [Página 03](#)

VAI EXCOMUNGAR

Papa contra conservadores



Vaticano declarou que poderá excomungar membros conservadores da Fraternidade São Pio X. [Página 02](#)

OPINIÃO PÚBLICA

O fardo da consciência - **Abílio Wolney**

Silêncio do (pop)rock em Goiânia e a polarização - **Fred Le Blue Assis**

[Página 15](#)





ROTA 190

aulusrg@hotmail.com

ÁULUS RINCON

Assassinato de estudante de veterinária causa comoção



Com revolta e indignação, parentes e amigos receberam a informação que o estudante de medicina veterinária Luciano Milo, 27, havia sido morto, enforcado, dentro do apartamento onde morava no Setor Cidade Jardim, em Goiânia. No final da tarde de ontem, a Polícia Militar prendeu o autor do crime, que já havia matado outra pessoa em 2023, e saiu da cadeia há menos de um mês.

O corpo de Luciano, que também era Bacharel em Direito, foi encontrado por uma prima, que foi até o apartamento dele a pedido de um tio, que se preocupou após não conseguir falar com o filho pelo celular. Após a constatação dos peritos de que o estudante havia sido morto por esganadura, a Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios (DIH) passou a apurar o caso, e conseguiu imagens de um homem negro, de bigode, que foi flagrado deixando o condomínio horas antes do encontro do corpo com um notebook debaixo do braço.

Traficantes movimentaram R\$ 205 milhões em dois anos

Em nova ofensiva contra traficantes que movimentam milhões com a venda de cocaína, agentes da Delegacia Estadual de Repressão aos Narcóticos (Denarc) prenderam ontem 10 traficantes. O grupo criminoso, que segundo as investigações "lavou" R\$ 205 milhões em apenas dois anos, teve mais de R\$ 100 milhões em bens bloqueados pela justiça.

Os alvos principais desta ação foram um homem e uma mulher, que são casados, e moram em Caldas Novas. Evaldo Batista

Uma torçãozeleira rompida, deixada no apartamento da vítima, fez com que os policiais identificassem o provável autor como sendo Wallyson Ascânio Tito. Ontem à tarde, ele foi localizado e preso pela PM em um bar de Trindade, na região metropolitana da capital. A suspeita é de que ele tenha matado o estudante para roubar.

Entrada liberada

Inicialmente, divulgou-se em redes sociais que Luciano teria conhecido Wallyson através de um aplicativo de relacionamento, fato desmentido pela polícia, e familiares. Sabe-se, porém, que a entrada do assassino no apartamento foi liberada pelo estudante, mas a polícia ainda não tem informações sobre como isso aconteceu.

Nas redes sociais, várias pessoas prestaram homenagem à Luciano. "Difícil de acreditar, estivemos juntos ontem, rimos e nos divertimos muito, que Deus te receba, meu grande amigo", escreveu um colega.

dos Santos Lima Júnior, segundo a polícia, abriu uma empresa de fachada na cidade, com a ajuda do sogro, que também foi preso ontem, e depois outras quatro filiais, todas usadas para tentar tornar lícito o dinheiro do tráfico.

Dois dos investigados que também tiveram suas prisões cumpridas ontem já cumpriam pena em uma cadeia de Goiás. Armas, drogas e dinheiro foram apreendidos durante a operação, desencadeada em Goiânia, e Caldas Novas.

Idoso morre em confronto após atirar em mulher na 44

Sem qualquer motivo aparente, um homem de 72 anos atirou no rosto de uma mulher, que é autista, no momento em que ela trabalhava com a mãe, que é ambulante, na região da Rua 44, no Centro de Goiânia. Quando localizado em Senador Canedo, o idoso, segundo a Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana (Rotam), reagiu com tiros à abordagem, e, baleado no revide, morreu antes mesmo da chegada do socorro médico. Por sorte, a autista, que ficou com uma bala alojada na bochecha, sobreviveu.

Instrutor que ameaçou esposa tinha arsenal em casa

Cinco pistolas, um fuzil e uma carabina foram apreendidas em Senador Canedo, na casa de um instrutor de tiros que ameaçou matar a esposa. Com medo de ser morta, a mulher se mudou para Piracanjuba, mas continuou sendo incomodada, ocasião em que procurou a Polícia Civil, e denunciou o companheiro. Como possuía registro, o homem, de 43 anos, não foi preso, mas as armas e munições foram apreendidas, e ele responderá criminalmente por ameaça, com base na Lei Maria da Penha.

PRF realiza maior apreensão de cocaína do ano

Mais de R\$ 15 milhões, segundo a Polícia Rodoviária Federal, é o prejuízo causado a traficantes após a apreensão de 450 peças de cocaína. Escondida debaixo de 39 toneladas de milho, a droga estava sendo levada em uma carreta que foi abordada na BR 364, em Cachoeira Alta, região sul de Goiás. O motorista, de 44 anos, disse que não sabia estar levando entorpecentes, e afirmou ter carregado o milho em Primavera do Leste, no Mato Grosso, para levá-lo até Uberlândia, em Minas Gerais.

RELIGIÃO

Papa ameaça excomungar ultradireita

Vaticano declarou que poderá excomungar membros da Fraternidade São Pio X



Apenas o papa pode autorizar a consagração de novos bispos

Redação

O Vaticano declarou nesta quarta-feira (13) que poderá excomungar membros da Fraternidade São Pio X caso o grupo prossiga com a intenção de nomear novos bispos sem a autorização do papa Leão XIV. De acordo com a Santa Sé, tal ação configuraria um "cisma", ou seja, uma ruptura formal com a autoridade da Igreja Católica.

Essa é a primeira advertência conhecida sobre a penalidade mais severa da Igreja durante o atual pontificado. O departamento doutrinar do Vaticano comunicou à Fraternidade São Pio X, com sede na Suíça, que qualquer ordenação episcopal sem a aprovação papal constituiria um "cisma", representando uma separação oficial do papa.

O cardeal Victor Fernandez, responsável pelo escritório, afirmou em nota que a cerimônia planejada "constitui uma grave ofensa a Deus e acarretaria a excomunhão prevista pela Igreja".

A Fraternidade São Pio X é um grupo ultratradicionalista que rejeita princípios fundamentais do Concílio Vaticano II, realizado nos anos 1960, o qual introduziu diversas reformas na Igreja Católica. Entre essas mudanças, destacou-se a permissão para que a missa, antes celebrada exclusivamente em latim, fosse realizada também em línguas locais. A fraternidade se opôs a essa alteração, argumentando que o latim preserva

o caráter solene e misterioso do rito.

Os excomungados são considerados completamente afastados da Igreja, não podendo receber sacramentos nem ocupar cargos eclesiais até demonstrar arrependimento. Se falecerem nesse estado, também não têm direito a um funeral católico.

Tensão

Com 733 padres espalhados pelo mundo, a Fraternidade mantém um histórico de relações tensas com o Vaticano. O fundador, arcebispo Marcel Lefebvre, foi excomungado em 1988 após ordenar quatro bispos sem autorização do papa João Paulo II. Posteriormente, Bento XVI, sucessor de João Paulo II, tentou retomar o diálogo com o grupo e revogou as excomunhões restantes.

Em fevereiro, a atual liderança da fraternidade anunciou que pretende consagrar novos bispos em julho sem a aprovação do Vaticano, alegando a necessidade de aumentar o número de líderes religiosos do grupo.

A Igreja Católica sustenta que apenas o papa tem autoridade para autorizar a consagração de bispos, garantindo a continuidade da sucessão apostólica, ligada aos 12 apóstolos de Jesus, considerados os primeiros bispos da Igreja. A consagração sem autorização papal resulta em excomunhão automática tanto para o bispo que realiza a cerimônia quanto para o ordenado.

PECUÁRIA

Trânsito muda na região do Parque de Exposições

Goiânia terá alterações de trânsito e esquema operacional especial para a 79ª Exposição Agropecuária de Goiás, que acontece entre os dias 14 e 24 de maio

DMOnline

Goiânia terá alterações de trânsito e esquema operacional especial para a 79ª Exposição Agropecuária de Goiás, que acontece entre os dias 14 e 24 de maio. A previsão é de 60 mil pessoas e 30 mil veículos por dia circulando pelo Parque de Exposições da Nova Vila. A Secretaria Municipal de Engenharia de Trânsito (SET) divulgou os detalhes do plano de mobilidade nesta quarta-feira (13/05).

Ao todo, 60 agentes (distribuídos em 30 equipes) vão atuar na região, com reforço nos fins de semana para garantir fluidez e segurança de moradores e visitantes. As intervenções incluem bloqueios pontuais, restrições de estacionamento e nova sinalização viária.

Um dos principais fechamentos ocorrerá na Rua Armando de Godói após às 17h, especialmente nos dias de show. Outro ponto de interdição será na Avenida I com a Avenida Engenheiro Fuad Rassi, medida para desafogar o Portão 2.

A Rua 250 será interditada diariamente a partir das 17h, permanecendo liberada apenas para operações de embarque e desembarque de táxis e veículos de transporte por aplicativo. A orientação da SET é que visitantes evitem o carro e



Previsão é de 60 mil pessoas e 30 mil veículos por dia circulando pelo Parque de Exposições da Nova Vila

usem transporte alternativo.

Cruzamento da 5ª Avenida com Avenida Armando de Godoy ficará interditado no período noturno. Cruzamento da Avenida I com Avenida Engenheiro Fuad Rassi será fechado diariamente a partir das 17h. Proibido estacionar ao longo do Parque na Avenida Engenheiro Fuad Rassi, Avenida I e Rua 257. Proibi-

ção de parada na 5ª Avenida, Avenida Independência e Rua 227.

A estrutura da SET contará com empilhadeiras para remoção de veículos que estacionarem em esquinas ou sobre calçadas. O diretor também alertou sobre a combinação perigosa de bebida e direção, recomendando o uso de transporte por aplicativo ou táxi.

CÂMARA MUNICIPAL

CCJ regulamenta e destrava projetos do 'Morar no Centro'

DMOnline

Dois projetos do Paço Municipal foram aprovados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal nesta quarta-feira (13/05): o Programa Morar no Centro e a regulamentação dos benefícios eventuais da assistência social. Agora, os projetos seguem para primeira votação em plenário e depois serão encaminhados às comissões temáticas.

O projeto Morar no Centro funciona como iniciativa de requalificação urbana e habitacional do Setor Central de Goiânia, com foco em atrair novos moradores por meio de subsídios financeiros e incen-

tivos fiscais. A expectativa é alcançar cerca de 8 mil novos moradores. A Prefeitura oferecerá benefício financeiro mensal para locação de imóveis no Centro, cobrindo aproximadamente 50% do aluguel, além de isenção de IPTU.

Para o financiamento dos subsídios, foram previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) cerca de R\$ 24 milhões. A vereadora Kátia Maria (PT) questionou a ausência de detalhamento do impacto financeiro. Em resposta, o vereador Lucas Kitão afirmou que o programa está devidamente amparado por previsão orçamentária.

O projeto de regulamentação dos benefícios

eventuais da assistência social trata da concessão de benefícios em situações de vulnerabilidade temporária, como nascimento, morte ou calamidade pública. Será criado o Cartão Goiânia+Humana para aquisição de itens essenciais.

São previstos cinco benefícios: Auxílio-Natalidade (para nascimento de membro da família), Auxílio por Morte (para despesas funerárias), Auxílio em Vulnerabilidade Temporária (para alimentação e documentação), Auxílio em Calamidade Pública (para desastres naturais) e Aluguel Social (para pessoas privadas de moradia adequada).

GOIÁS

Tadeu diz à torcida que voltará mais forte



Jogador precisou deixar o campo após contusão

DMOnline

Após impedir que o Cruzeiro conseguisse construir uma vantagem maior no Mineirão, o goleiro Tadeu, do Goiás, teve confirmada uma lesão na tibia. O jogador precisou deixar o campo no segundo tempo da vitória do clube celeste por 1 a 0, nessa terça-feira (12/05), no Mineirão, em Belo Horizonte. O jogo valeu pela volta da quinta fase da Copa do Brasil.

O destaque do Esmeraldino se lesionou em uma dividida com Neiser Villarreal, aos 47 minutos do

segundo tempo. O volante Filipe Machado precisou assumir as traves. Em nota, o Goiás informou: "Foi diagnosticada uma fratura na tibia do goleiro Tadeu. Neste primeiro momento, será realizada a imobilização da lesão".

Ainda no hospital, o goleiro agradeceu o apoio: "Vou voltar muito mais forte, porque para vencer tem que ser guerreiro. Não vou desanimar por causa de uma lesão. Logo estarei de volta e, se for necessário, me quebrando quantas vezes for necessário por vocês".

POLÍCIA

Carlinhos Cachoeira é preso em São Paulo

Redação

A Polícia Federal prendeu nesta quarta-feira (13) o contraventor Carlinhos Cachoeira no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, por mandado de prisão preventiva da 8ª Vara Criminal de Goiânia. Cachoeira é investigado por calúnia, difamação e injúria.

Conhecido por comandar esquemas de jo-

gos ilegais, ele foi alvo da Operação Monte Carlo, em 2012, que revelou uma rede de exploração de caça-níqueis, corrupção e influência sobre políticos, empresários e agentes públicos.

Escutas telefônicas mostraram ligações frequentes autoridades, envolvendo também a construtora Delta e motivando a criação da CPMI do Cachoeira.

Diário da Manhã

dm.com.br

UNIGRAF UNIDAS GRÁFICAS E EDITORA LTDA
CNPJ: 00.424.275/0001-52

Fundado em 12 de março de 1980

Av. Anhanguera, 2.833, Setor Leste Universitário, CEP: 74.610-010 Goiânia-Goiás Caixa postal: 103

Fábio Nasser

Fundador

Welliton Carlos

Editor-Geral

Júlio Nasser

Presidente

Departamento Comercial - (62) 3267-1000 - comercial@dm.com.br

Redação - online@dm.com.br

Circulação | Assinaturas - (62) 3267-1000

Preço das assinaturas - R\$ 49,90/mês | R\$ 598,00/ano
Vendas avulsas - Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis: R\$ 2,50 | Domingo: R\$ 3,50

OBRAS

Governo anuncia R\$ 79 milhões para recuperar rodovias da região Sul

Conforme governador Daniel Vilela, obras no Sul do Estado vão restaurar trechos das GOs-210, 515 e 320 entre Panamá e Goiatuba, além de criar espaço seguro para peregrinos de Panamá

Redação

O governador Daniel Vilela lançou, na quarta-feira (13/5), um pacote de obras para recuperação de rodovias no Sul de Goiás. As intervenções incluem restauração de trechos das GOs-210, 515 e 320, além da implantação da pista de caminhada dos romeiros entre Panamá e Goiatuba. O investimento previsto é de R\$ 79,2 milhões.

As obras vão contemplar cerca de 50 quilômetros de malha viária. Entre os trechos atendidos estão a GO-210, entre a BR-153 e Panamá, a GO-515, na ligação entre Panamá e Goiatuba, e a GO-320, entre Goiatuba e o entroncamento da GO-040. Segundo o governo estadual, os serviços devem melhorar as condições de

tráfego e aumentar a segurança para motoristas e moradores da região.

Durante a assinatura da ordem de serviço, Daniel Vilela afirmou que as intervenções terão impacto na mobilidade, no turismo religioso e na integração regional. O governador destacou ainda que as rodovias receberão reconstrução completa e pavimentação com padrão de excelência.

Outro destaque do pacote é a construção da pista de caminhada dos romeiros, com extensão de 16,7 quilômetros entre Panamá e Goiatuba. A estrutura foi planejada para garantir mais segurança aos milhares de fiéis que percorrem o trajeto durante festividades religiosas realizadas na região.



Daniel Vilela assinou ordem de serviço para recuperação de rodovias e implantação da pista de caminhada dos romeiros no Sul de Goiás

O prefeito de Panamá, Renê da Mota, afirmou que a obra atende uma reivindicação antiga da população e deve beneficiar os peregrinos que

atualmente caminham às margens da rodovia sem acostamento adequado. Já o prefeito de Goiatuba, Alberto Lopes Ribeiro, ressaltou a importância

da intervenção para a segurança e valorização da tradição religiosa local.

A execução das obras ficará sob responsabilidade da Goinfra.

ECONOMIA

Amazon e Shein retiram "taxa das blusinhas" após MP de Lula

Empresas do programa Remessa Conforme deixaram de cobrar imposto federal de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50 após edição de medida provisória do governo federal. Plataformas já adaptaram seus sites

Folhapress

AliExpress, Amazon, Magazine Luiza, Mercado Livre, Shein e Shopee, empresas certificadas no programa Remessa Conforme, retiraram o imposto federal sobre compras internacionais de até US\$ 50 (R\$ 245) após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinar, na terça-feira (12), a medida provisória que zera a chamada "taxa das blusinhas".

A cobrança de 20% de Imposto de Importação incidia sobre encomendas internacionais feitas em plataformas estrangeiras cadastradas no programa. Atualmente, 45 empresas fazem parte do Remessa Conforme, sistema criado pelo governo federal em 2023 para regulamentar importações de baixo valor e ampliar o controle sobre compras internacionais feitas pela internet.

A reportagem procurou dez das plataformas que integram o programa — 3 Cliques, AliExpress, Ama-

zon, Carrefour, Importe USA, Magazine Luiza, Mercado Livre, Shein, Shopee e Temu. Das empresas que responderam até a conclusão desta reportagem, todas afirmaram já ter retirado a cobrança do imposto de importação nas compras abaixo de US\$ 50. Não responderam 3 Cliques, Carrefour, Importe USA e Temu.

O AliExpress informou que a cobrança foi retirada da plataforma, embora ainda constem em suas regras informações sobre a incidência do imposto de importação para compras internacionais abaixo de US\$ 50. Em nota, a empresa afirmou que "a revogação do imposto de importação para produtos abaixo de US\$ 50 amplia o acesso do consumidor brasileiro a produtos, tecnologias e marcas globais que muitas vezes não estão disponíveis no mercado nacional".

A Amazon também informou ter retirado a cobrança do imposto fe-

deral, embora regras da plataforma ainda mencionem a incidência da tributação. A empresa afirmou que "opera em total conformidade com as leis e regulamentações de cada país onde atua e o Brasil não é exceção". Segundo a companhia, o site ainda será atualizado.

Magazine Luiza e Mercado Livre afirmaram que já retiraram a cobrança. O Mercado Livre disse que iria se posicionar por meio da Abvtex, que, por sua vez, criticou o fim da tributação.

Em nota, a entidade afirmou repudiar a decisão do governo federal e disse que a medida coloca "em risco os 18 milhões de empregos gerados pela indústria e varejo nacional no Brasil". Segundo a associação, o fim da cobrança representa "um grave retrocesso econômico" e "institucionaliza a concorrência desleal" entre empresas brasileiras e plataformas internacionais.

SAÚDE

Brasileiros lideram projeto sobre depressão

Folhapress

Em meio ao aumento dos problemas de saúde mental entre crianças e adolescentes, o Hospital Moinhos de Vento vai liderar um projeto internacional para prevenir a depressão infantojuvenil. A iniciativa, chamada Idea-Impact, recebeu mais de 5 milhões de libras esterlinas — cerca de R\$ 34 milhões — do Wellcome Trust, uma das principais instituições de financiamento científico do mundo.

O estudo terá duração de cinco anos e reunirá pesquisadores do Brasil, Reino Unido, Estados Unidos, Paquistão e África do Sul. O projeto é coordenado pelo psiquiatra Christian Kieling, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e diretor da Unidade de Pesquisa em Saúde Mental do hospital.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2024 mostram

o avanço do sofrimento psíquico entre jovens brasileiros. Segundo o levantamento, três em cada dez estudantes de 13 a 17 anos relatam tristeza frequente, enquanto 18,5% afirmam pensar repetidamente que "a vida não vale a pena ser vivida".

O projeto parte de uma ferramenta criada por pesquisadores brasileiros há quase dez anos, chamada Idea-RS, desenvolvida para identificar adolescentes com maior risco de desenvolver depressão. O modelo utiliza variáveis sociais, emocionais e familiares para prever o surgimento do transtorno antes dos 18 anos.

A nova pesquisa pretende ampliar os fatores analisados, incorporando temas como redes sociais, cyberbullying, uso excessivo de tecnologia, padrões de sono, marcadores inflamatórios e características da fala dos adolescentes.

megeleilões EDITAL DE LEILÃO ON-LINE
Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo BANCO BRADESCO S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** Goiânia-GO. Bairro Residencial Goiânia Golfe Clube. Rua GGC-33, s/nº - Lt. 16 da Qd. 34, do Condomínio Portal do Sol Golfe. CASA. Áreas totais: terr. 459,90m² e constr. 217,23m². Matr. 108.475 da 4ª Circunscrição Local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área de e construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e Cadastro Municipal, bem como, a averbação do nome do condomínio, se entender necessário, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupada (AF). 1º Leilão: 27/05/2026, às 15:00h. Lance mínimo: R\$ 3.174.725,10. 2º Leilão: 29/05/2026, às 15:00h. Lance mínimo: R\$ 2.016.581,37. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.



PECUÁRIA 2026 COM ENTRADA GRATUITA

**A PREFEITURA GARANTE O INGRESSO PRA VOCÊ
SE PREOCUPAR SÓ COM A DIVERSÃO.**

O que é bom para o cidadão, a Prefeitura repete.
Traga **1 kg de alimento não perecível** e vem curtir tudo
de bom que a Pecuária 2026 oferece **sem pagar nada!**

Exposições, barracas, as últimas novidades do agro
e muitos shows pra você aproveitar. E com a Gestão
que Resolve, é de graça.



PECUÁRIA
GOIÂNIA

14 a 24 de maio

Parque de Exposições de Goiânia

Entrada no site meubilhete.com

+ 1 kg de alimento não perecível no evento



PREFEITURA
GOIÂNIA
GESTÃO QUE RESOLVE



Café da manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com

No primeiro

Mais uma pesquisa reforça a tese desse jornalista: a de que o governador Daniel Vilela será eleito ainda no primeiro turno das eleições. Na pesquisa Real Time Big Data, divulgada ontem, ele aparece com quase 40% dos votos.

Feitos

A campanha mal começou e Daniel Vilela deve repetir os feitos do ex-governador Ronaldo Caiado, que venceu as duas disputas para o governo ainda no primeiro turno.

Articulações

Daniel deve, contudo, focar na disputa, eliminar o chamado 'salto alto' na campanha e reforçar as articulações e coligações, o que tem feito com resultados positivos. Nas redes sociais, seus eleitores já falam em primeiro turno.

Derrubou

Para ver se ganha a reeleição, Lula derrubou uma besteira que seu aliado, Fernando Haddad, criou enquanto ministro da Fazenda: a Taxa da Blusinha.

Taxas

Aliás, se Haddad criou a 'Taxa da Blusinha' é porque Lula pediu. Haddad foi chamado pelos opositores de Fernando Taxad... Só pensava em criar impostos, taxas.

Bugando

Ontem, como sempre, o Whatsapp Web deu uma bugadinha. Muitos usuários reclamaram. Já se tornou marcas da Meta, como Instagram, Facebook e Whatsapp bugarem. Um dia, buga geral.

A desejar

Aliás, pelo preço que oferece, que cobra de seus serviços, a Meta virou um grande lixão tecnológico, que precisa, inclusive, por levar riqueza do Brasil para os EUA, de uma grande regulação. E regulamentação.

Império

Os serviços ruins prestados pela Meta e os males deixados no Brasil nos rementem ao período de colonização, onde os 'imperadores' levavam quase toda a riqueza do Brasil para fora do país e nenhum benefício.

Goiânia pode ganhar o Museu dos Tropeiros



A proposta para a criação do Museu dos Tropeiros em Goiânia deu mais um importante passo na manhã de ontem. É que a arquiteta e escritora Narcisa Abreu Cordeiro, acompanhada da médica e pecuarista Ana Carolina Cordeiro, representando a arquiteta e historiadora Lenora Barbo, e da relações-públicas Rosana Faleiro, estiveram com o prefeito interino Anselmo Pereira para a entrega oficial do projeto. A proposta,

segundo Narcisa, nasce com 'o objetivo de preservar, valorizar e difundir o patrimônio da cultura tropeira, reconhecendo sua enorme contribuição para a formação histórica de Goiás e do Brasil'. 'O tropeirismo teve papel fundamental na construção do território goiano, sendo responsável pela circulação de mercadorias, tradições, costumes e pelo desenvolvimento econômico de diversas regiões', completa.

Semear e o Conversas de Mãe

O projeto Semear promove o webinar 'Conversas de Mãe - Autonomia em Cada Fase da Vida', um encontro para refletir, trocar experiências e dialogar sobre o desenvolvimento da autonomia dos filhos, da infância à adolescência. O evento terá a participação de Fernanda Solano, Larissa Neves e Larissa Bandeira, além da anfitriã Camila Flávia. Será no próximo dia 26, das 9h às 10h, no Microsoft Teams. Inscrições pelo Portal do Aluno, no sgc.escoladegoverno.gol.gov.br.

Aline Magalhães na Louvada

A Cervejaria Louvada recebe a cantora Aline Magalhães nesta quinta-feira para uma noite de música acústica na unidade Órion, a partir das 18h. Com repertório que une MPB, pop internacional, sertanejo soft e clássicos dos anos 80/90, a artista propõe releituras mais modernas de grandes sucessos.



✓ Em parceria com a Galeria 588 Art Show, a Brasal Incorporações realizou um leilão de arte e antiguidades na Central de Decorados da Avenida Ricardo Paranhos, em Goiânia. O evento reuniu convidados, colecionadores e apreciadores de arte. Na foto, o diretor regional da incorporadora, Andreas Yamagata, o curador das peças, Rodrigo Félix de Lima, e o gerente comercial da Brasal, Maurício D'Angelo.

ARTICULAÇÃO

MDB prepara grande ato e espera filiação de pelo menos cinco mil membros

Presidente da sigla, Haroldo Naves revela que a sigla tem o maior número de filiados no estado



Haroldo Naves é o presidente do MDB em Goiás: crescimento orgânico

Redação

O MDB em Goiás prepara um grande ato de filiações para a próxima amanhã (15/5), em Goiânia, com a expectativa de incorporar cerca de cinco mil novos integrantes à legenda. O evento, previsto para ocorrer na sede estadual do partido, deve oficializar a entrada de prefeitos, vice-prefeitos e lideranças políticas de diversas regiões do estado, em um movimento interpretado nos bastidores como demonstração de força da base aliada do governador Daniel Vilela às vésperas do período eleitoral.

A mobilização também reforça a estratégia do partido de ampliar sua presença no interior goiano e consolidar a estrutura política para a disputa deste ano, quando o grupo pretende

trabalhar pela permanência do atual projeto político liderado pelo governador Daniel Vilela. Entre os novos filiados estão ao menos dez prefeitos, além de outras lideranças regionais que devem fortalecer a capilaridade da sigla em diferentes municípios.

Atualmente, o MDB é o partido com maior número de filiados em Goiás, somando mais de 114 mil integrantes. Após assumir o comando do governo estadual, Daniel Vilela transferiu a presidência da legenda para Haroldo Naves, que passou a conduzir as articulações políticas da sigla no interior. Segundo Haroldo, o crescimento do partido reflete a adesão de lideranças que enxergam no grupo um projeto de gestão e continuidade administrativa para Goiás.

PÉRIPOLO

Marconi realiza agendas em oito cidades da Região Norte de Goiás

Redação

O ex-governador Marconi Perillo (PSDB) intensifica a agenda política no Norte de Goiás nesta semana com passagem por oito municípios da região. A movimentação faz parte da estratégia do tucano para ampliar articulações e fortalecer sua pré-campanha ao governo estadual. Ontem (13/05), Marconi desembarca em Minaçu, onde participa, ao lado do prefeito Carlos Leireia, das comemorações de aniversário do município.

No dia seguinte, a partir das 10h, o ex-governador dará sequência ao roteiro político com visitas a Campinaçu,

Montividiu do Norte, Trombas, Formoso, Santa Tereza, Estrela do Norte e Mutunópolis. Em todas as cidades, a agenda prevê encontros com lideranças locais e aliados políticos que apoiam o projeto eleitoral do tucano para a disputa pelo Palácio das Esmeraldas nas eleições de outubro.

A avaliação de aliados é de que Marconi busca reforçar presença no interior goiano e consolidar bases regionais consideradas estratégicas para a corrida eleitoral, especialmente em municípios onde mantém alianças políticas históricas e boa relação com lideranças locais.

LEVANTAMENTO

Daniel cresce, tem 38% dos votos e abre 16 pontos de vantagem sobre Marconi

Real Time Big Data apresenta crescimento do governador em 4 pontos na comparação com a pesquisa divulgada em março; tucano caiu dois

Redação

Candidato à reeleição, o governador Daniel Vilela (MDB) cresceu na preferência do eleitorado e abriu 16 pontos de vantagem sobre os adversários na disputa pelo Governo de Goiás, indica pesquisa Real Time Big Data. Divulgado ontem (13/05), o levantamento mostra o emedebista com 38% das intenções de voto, contra 22% de Marconi Perillo (PSDB). Na comparação com a pesquisa anterior do instituto, divulgada em março, Daniel cresceu 4 pontos percentuais, enquanto o tucano caiu 2.

Os números são do primeiro cenário simulado pelo levantamento. Nele, o senador Wilder Moraes (PL) está em terceiro lugar, com 14%, seguido pela deputada federal Adriana Accorsi (PT), que tem 13%. Telêmaco Brandão (Novo) soma 1% dos votos. Brancos e nulos representam 8%, enquanto 4% não sabem ou não responderam.

Daniel também lidera com folga nos outros quatro cenários para primeiro turno realizados pela pes-

quisa. No segundo, o atual governador tem 39% das intenções de voto, seguido por Marconi (24%) e Wilder (14%). Cíntia Dias (PSOL) tem 5%; Brandão, 1%. Brancos e nulos representam 9%, e 8% não souberam ou não responderam.

Já no terceiro recorte da pesquisa, Daniel tem 40%; seguido por Marconi (25%) e Wilder (14%). O ex-deputado estadual Luís Cesar Bueno (PT) soma 2%, e Brandão manteve 1%. Nulos e brancos representam 9%, e outros 9% não souberam responder.

O quarto cenário aparece da seguinte forma: Daniel (40%), Marconi (26%) e Wilder (14%). Cláudio Curado (PT) e Brandão somam 1% cada. Brancos e nulos representam 9%, enquanto outros 9% não souberam ou não quiseram opinar. No quinto recorte, Daniel, Marconi e Wilder mantiveram, respectivamente, 40%, 26% e 14%. Valério Luiz (PT) e Brandão têm 1% cada. Nulos e brancos são 9%, assim como os que não sabem ou não responderam.

A Real Time Big Data



Daniel Vilela abre 16 pontos de vantagem sobre o segundo colocado

Marconi Perillo aparece em segundo lugar com apenas 22% dos votos

realizou a pesquisa entre os dias 11 e 22 de maio, quando entrevistou 1.600 eleitores no estado. A mar-

gem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%. A

pesquisa está registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob o protocolo GO-01063/2026.

VANTAGENS

Flávio confirma ter pedido dinheiro a Vorcaro para fazer filme de Bolsonaro

Folhapress

O senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) confirmou ontem (13/05) que pediu dinheiro a Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, para financiar o filme "Dark Horse", sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas negou ter recebido vantagens do ex-banqueiro.

Informações reveladas pelo site The Intercept Brasil e confirmadas pela Folha mostram que Vorcaro pagou R\$ 61 milhões para financiar o longa-metragem sobre Bolsonaro.

No comunicado, Flávio disse ter conhecido Vorcaro em dezembro de 2024 e que, na época, não existiam acusações nem suspeitas públicas sobre o

ex-banqueiro. O senador afirmou ainda que buscou contato com o dono do Master porque houve atraso no pagamento das parcelas de patrocínio para concluir o filme.

"Não ofereci vantagens em troca. Não promovi encontros privados fora da agenda. Não intermediei negócios com o governo. Não recebi dinheiro ou qualquer vantagem. Isso é muito diferente das relações espúrias do governo Lula e seus representantes com Vorcaro", declarou o pré-candidato.

Em vídeo publicado nas redes sociais, o filho de Bolsonaro repete as alegações da nota e acrescenta que Vorcaro "simplesmente parou de honrar" com os pagamentos para bancar a produção, o que fez

com que outros investidores tivessem que ser procurados.

"Sim, tinha um contrato que, ao ele não pagar essas parcelas, tinha uma grande chance de o filme sequer ser veiculado, do filme sequer ser concluído", disse Flávio.

A nota à imprensa foi divulgada nesta tarde após inicialmente Flávio negar os pagamentos. Ao ser abordado pela equipe do Intercept ao deixar o STF (Supremo Tribunal Federal), o parlamentar foi questionado sobre o financiamento e respondeu: "De onde você tirou essa informação? É mentira", segundo relato do site. Depois, o senador riu e deixou o local.

O novo posicionamento, com a confirmação dos

repasse de Vorcaro, foi divulgado após ele se reunir com integrantes e advogados da sua campanha presidencial nesta tarde para preparar a resposta sobre sua relação com Daniel Vorcaro.

Aliados e auxiliares do presidencial tiveram reuniões no escritório político da campanha, em uma mansão no Lago Sul, em Brasília. Estratégias foram discutidas antes da divulgação de qualquer resposta pública do senador à maior crise da sua pré-candidatura até aqui.

Além de Flávio, estiveram no QG da campanha o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o coordenador e senador Rogério Marinho (PL-RN) e a advogada eleitoral Maria Claudia Bucchianeri.

Segundo a reportagem, além dos R\$ 61 milhões, Flávio pediu mais dinheiro em áudio para Vorcaro.

"Eu fico sem graça de ficar te cobrando, está em um momento muito decisivo aqui do filme. E tem muita parcela para trás, e está todo mundo tenso e eu fico preocupado aqui com o efeito contrário do que a gente sonhou para o filme, né?", teria dito o senador em mensagem enviada em 8 de setembro do ano passado.

"Imagina a gente dando calote no Jim Caviezel, num Cyrus, os caras, pô, renomadíssimos do cinema americano, mundial. Pô, ia ser muito ruim", teria acrescentado. Jim Caviezel vive Jair Bolsonaro no filme. Cyrus Nowrasteh é o diretor da película.



Fio Direto

CLOVES REGES

clovesreges@gmail.com

Judicialização

O episódio escancara um fenômeno cada vez mais presente na política brasileira: a judicialização da retórica política e o uso das redes sociais como arena principal de confronto.

Agressividade

Se antes os embates se limitavam aos plenários e palanques, hoje eles se multiplicam em vídeos curtos, cortes agressivos e campanhas digitais cuidadosamente desenhadas para viralizar indignação.

Vorcaro

Reportagem exclusiva do Intercept Brasil revelou mensagens e documentos que mostram como Flávio Bolsonaro (PL) negociou diretamente com o ex-dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

Filme

Segundo a reportagem, Daniel Vorcaro pagou ao menos US\$ 10 milhões de dólares para financiar a produção do filme sobre a vida de Jair Bolsonaro.

Filme II

O longa-metragem sobre a vida de Jair Bolsonaro, intitulado "Dark Horse", promete mostrar os bastidores da campanha presidencial de 2018.

Outros nomes

Os diálogos divulgados mostram articulações de bastidores envolvendo nomes como Eduardo Bolsonaro, Mário Frias, Thiago Miranda, ex-CEO do Portal Léo Dias, e o advogado Fabiano Zettel.

Quaest

A relação de Flávio Bolsonaro com Daniel Vorcaro vem a público exatamente no dia em que a pesquisa Quaest aponta recuo de três pontos na rejeição do presidente Lula (PT).

Prefeito de Goiânia amplia ofensiva judicial contra deputado



O acirramento da guerra política entre o prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (União), e o deputado estadual Clécio Alves (PSDB) ganhou um novo capítulo. Mabel decidiu recorrer novamente ao Judiciário para tentar frear aquilo que classifica como uma "campanha pejorativa" promovida pelo parlamentar tucano. Em ação protocolada no Tribunal de Justiça de Goiás, nesta semana, o prefeito pede tutela inibitória liminar para impedir que Clécio continue utilizando expressões ofensivas como "canalha", "vagabundo", "malandro", "corrupto", "operador de propina", "raposa tomando conta do galinheiro" e "biscoito", além de outras manifestações que considera humilhantes e degradantes. A ofensiva judicial evidência não apenas um desgaste institucional, mas também a radicalização do discurso político em Goiânia. Na petição, Mabel sustenta que Clécio extrapolou os limites da fiscalização parlamentar e transformou a tribuna da Assembleia Legislativa e as redes

sociais em instrumentos permanentes de ataque pessoal. Segundo o prefeito, o deputado passou a utilizar cortes de vídeos, cards, reels e publicações sucessivas para alimentar uma narrativa de destruição reputacional, impulsionando acusações e apelidos ofensivos como estratégia de engajamento político digital. O caso chama atenção porque já não se trata de um episódio isolado. O próprio prefeito afirma que já ajuizou mais de uma dezena de ações — cíveis e criminais — contra Clécio Alves, todas relacionadas a supostos crimes contra a honra. A repetição das demandas revela o tamanho da deterioração da relação entre os dois adversários políticos e expõe um ambiente em que o debate público parece cada vez mais contaminado pela lógica do confronto pessoal permanente. Na prática, a política goiana assiste à substituição do embate programático por uma guerra de vídeos, cortes virais e acusações públicas de corrupção, muitas vezes sem qualquer filtro institucional.

Insinuações criminosas

Na ação, Mabel tenta estabelecer uma linha divisória entre fiscalização legítima e campanha difamatória. O prefeito afirma não pretender impedir críticas ou denúncias relacionadas à administração municipal, mas sustenta que Clécio teria ultrapassado a fronteira da imunidade parlamentar ao recorrer a xingamentos e insinuações criminosas sem prova pública imediata.

Retratção pública

O pedido vai além da simples remoção de conteúdo. Mabel requer retratação pública nas redes sociais do deputado, indenização por danos morais de R\$ 150 mil e determinação judicial para impedir novas publicações ofensivas. Também pede que a ação tramite originariamente no Tribunal de Justiça de Goiás, sob o argumento de que Clécio Alves, por exercer mandato de deputado estadual, possui foro por prerrogativa de função.

INTOLERÂNCIA

Alego decide agir e pode punir Major Araújo e Amauri Ribeiro por brigas

Corpo diretivo avalia que episódio extrapolou os limites e atinge a imagem do parlamento



Deputado Charles Bento promete punir os deputados brigões na Alego

Redação

O presidente do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa de Goiás, o deputado Charles Bento (MDB), sinalizou que os deputados envolvidos na confusão dentro da Alego não devem escapar de punições. A avaliação é de que o episódio extrapolou os limites do embate político e atingiu diretamente a imagem do Parlamento goiano, o que teria levado integrantes da Casa a defenderem uma resposta institucional mais dura.

Nos bastidores, a tendência é que os parlamentares Amauri Ribeiro e Mauro Rubem, ambos do PL, sejam alvo de procedimentos disciplinares capazes de resultar em sanções que vão desde advertências

até medidas mais severas, dependendo do entendimento do conselho.

O presidente da Alego, Bruno Peixoto, também deixou claro que pretende conduzir o caso com rigor para evitar que cenas semelhantes se repitam no plenário da Assembleia.

A movimentação ocorre em meio ao desgaste provocado pela troca de agressões verbais e pelo tumulto registrado durante sessão legislativa. O episódio ganhou forte repercussão política e ampliou a pressão para que a Alego demonstre autoridade diante da conduta dos deputados envolvidos. Internamente, há o entendimento de que a ausência de punição poderia fortalecer a percepção de impunidade dentro do Legislativo estadual.

ATUAÇÃO

Clécio Alves reclama da falta de vagas na rede municipal de ensino

Redação

O deputado estadual Clécio Alves (PSDB) voltou a fazer críticas ao prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (UB), durante discurso na tribuna da Assembleia Legislativa de Goiás na terça-feira (12/05). O parlamentar questionou a viagem do prefeito aos Estados Unidos e afirmou que, enquanto Mabel está em Nova York, a capital enfrenta problemas em áreas como educação infantil e saúde pública.

Durante o pronunciamento, Clécio mencionou supostos gastos elevados da administração municipal com contratos de infraestrutura e manutenção urbana, incluindo despesas relacionadas a quebra-molas e serviços em estruturas como a Praça do Ratinho e o Viaduto João Alves de

Queiroz. Segundo ele, os valores ultrapassariam R\$ 800 mil. O tucano também criticou o uso de recursos públicos para garantir entrada gratuita na Pecuária de Goiânia, alegando que unidades de saúde estariam enfrentando dificuldades.

O deputado ainda comentou uma ação movida pela Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) contra ele por suposta injúria, calúnia e difamação. Ao abordar o tema, atribuiu os problemas da empresa à atual gestão municipal e também direcionou críticas ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), cobrando maior rigor do órgão na fiscalização dos contratos firmados pela Prefeitura de Goiânia.



Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permaneceremos à disposição para esclarecimentos.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais				Demonstrações de resultados				Demonstrações dos fluxos de caixa			
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
								Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		Em milhares de reais	
Circulante				Circulante				Operações continuadas			
Caixa e equivalentes de caixa	10	322.848	285.509	Fornecedores	18	494.178	334.479	Receita líquida	26	3.259.909	3.141.421
Contas a receber	11	856.370	700.143	Cessão de crédito	19	397.714	439.980	Custo das vendas	27.a	(2.559.008)	(2.606.347)
Estoques	12	1.202.991	1.128.411	Empréstimos e financiamentos	20	-	10	Lucro bruto		700.901	535.074
Tributos a recuperar	13	70.468	69.957	Salários a pagar	22	124.156	130.489	Despesas com vendas e marketing	27.a	(178.954)	(171.111)
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	-	1.327	Tributos a recolher	22	84.781	52.027	Despesas administrativas e gerais	27.a	(103.047)	(95.980)
Outros ativos	14	34.119	40.343	Títulos a pagar		2.250	-	Outras receitas operacionais, líquidas	27.b	107.248	314.189
		2.486.796	2.225.690	Impostos de renda e contribuição social a pagar		-	1.869	Resultado antes das receitas e despesas financeiras		526.148	582.172
Não circulante				Outros passivos	23	120.624	125.418	Despesas financeiras	27.c	58.857	20.981
Realizável a longo prazo						1.223.703	1.084.272	Despesas financeiras	27.d	(9.849)	(37.481)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.a	381.948	302.199	Não circulante				Despesas financeiras, líquidas		49.008	(16.500)
Tributos a recuperar	13	58.540	35.299	Tributos a recolher	22	1.185	1.523	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		575.156	565.672
Outros ativos	14	6.346	4.441	Títulos a pagar		7.500	-	Imposto de renda e contribuição social	21.c	(132.332)	(61.564)
		446.834	341.939	Provisões para contingências	24	11.163	8.464	Resultado líquido das operações continuadas		442.824	504.108
Investimentos	15	10.392	369	Outros passivos	23	25.223	28.481	Resultado líquido de operações descontinuadas		(246)	184
Imobilizado	16	3.209.023	2.895.131	Total do passivo		1.268.774	1.122.740	Lucro líquido do exercício		442.578	504.292
Intangível	17	1.231.870	1.110.429	Patrimônio líquido		45.071	38.468	Resultado por ação		0,31000	0,37780
		4.451.285	4.005.929	Capital social	25.a	4.559.102	4.494.701	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			
		4.898.119	4.347.868	Reserva de capital	25.b	187.035	28.680	Demonstrações do resultado abrangente			
				Ajustes de avaliação patrimonial	25.e	28.838	28.849	Exercícios findos em 31 de dezembro			
				Reservas de lucros	25.d	1.341.166	898.588	Em milhares de reais			
						6.116.141	5.450.818	Lucro líquido do exercício		442.578	504.292
Total do ativo		7.384.915	6.573.558	Total do passivo e patrimônio líquido		7.384.915	6.573.558	Outros resultados abrangentes			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras								Itens que serão reclassificados para o resultado			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais										
	Nota	Capital de reserva	Adiantamento para futuro	Opções de compra de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de sub-venção legal	Reserva governamental	Reserva de retenção de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	4.300.088	-	-	-	-	-	-	-	-	4.300.088
Integralização do capital	194.613	-	-	-	-	-	-	-	-	194.613
Exercício de opção de compra de ações	25.b	-	-	6.825	-	-	-	-	-	6.825
Lucro líquido do exercício	25.e	-	-	-	-	-	-	504.292	504.292	504.292
Constituição de reserva legal	25.e	-	-	-	-	25.215	-	-	(25.215)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25.e	-	-	-	-	-	606.312	-	(479.077)	127.235
Reversão de reserva para orçamento de capital	25.e	-	-	-	-	-	-	-	(95.426)	(95.426)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	664	-	-	-	-	664
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.494.701	-	-	-	28.680	28.849	65.045	833.543	-	5.450.818
Saldos em 1º de janeiro de 2025	4.494.701	-	-	-	28.680	28.849	65.045	833.543	-	5.450.818
Integralização do capital	25.a	64.401	-	-	-	-	-	-	-	64.401
Capital a integralizar		-	155.700	-	-	-	-	-	-	155.700
Exercício de opção de compra de ações	25.b	-	-	2.655	-	-	-	-	-	2.655
Lucro líquido do exercício	25.e	-	-	-	-	-	-	442.578	442.578	442.578
Constituição de reserva legal	25.e	-	-	-	-	22.129	-	-	(22.129)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25.e	-	-	-	-	-	420.449	-	(420.449)	-
Outros resultados abrangentes										
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.559.102	155.700	31.335	28.838	87.174	1.253.992	-	-	-	6.116.141

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Neosoro e Torsilax, dentre outras, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O principal parque fabril da Companhia está localizado em Anápolis-GO, e os produtos ali fabricados - incluindo sólidos, líquidos, semissólidos, injetáveis e efervescentes - são substancialmente vendidos para a controladora Hypera S.A. A Companhia também possui unidade dedicada à fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos, localizada em Goiânia-GO. Em 2022, a Companhia iniciou a construção de uma nova unidade em Jundiá-SP, que contará com instalações dedicadas à fabricação de medicamentos voltados para o segmento hospitalar, incluindo oncológicos, biológicos e especialidades, além de pesquisa e desenvolvimento. Em julho de 2023, a Companhia passou a operar uma nova fábrica localizada em Itapetereira da Serra - SP. Em Barueri - SP, a Companhia mantém centro de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermatocósméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. **2. Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Brainfarma não prepara demonstrações financeiras consolidadas, dado que a Companhia atende às exceções previstas no Item 4 do CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, principalmente devido ao fato de que suas informações são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras da Hypera S.A., sua controladora direta. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de abril de 2026. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados e/ou descontinuados, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas, são divulgadas nas demonstrações financeiras, separadamente das operações da Companhia: i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. **c. Novas Normas e Interpretações: Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025. **Alterações ao IAS CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o CPC 02 (R2) - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que

nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Hedges de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro. **Hedges de fluxos de caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluído os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquidos das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos

	Anos	
Edificações e benfeitorias	46,6	
Máquinas, equipamentos e instalação	23,5	
Veículos	5,5	
Móveis e utensílios	19,5	
Ferramentas e vasilhamas	7,4	
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. 2.9 Intangíveis: a. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados em 5,0 anos. b. Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. c. Pesquisas e desenvolvimento de produtos: Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de 10,8 anos. 2.10 Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. 2.11 Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios,		

continua →

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12 Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.13 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e demais tributos a recuperar:** **a. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.16 Benefícios a empregados:** **a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidas aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.18 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfetida e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.20 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado,

a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	2025				
	Entre Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-
Fornecedores	494.178	-	-	-	494.178
Títulos a pagar	-	2.500	5.000	-	7.500
Cessão de crédito	397.714	-	-	-	397.714
Outros passivos	99.470	-	-	-	99.470
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Exposição líquida	991.362	2.500	5.000	-	998.862

	2024				
	Entre Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	10
Fornecedores	334.479	-	-	-	334.479
Cessão de crédito	439.980	-	-	-	439.980
Outros passivos	118.410	5.484	12.532	10.430	146.856
Instrumentos financeiros derivativos	(1.392)	-	-	-	(1.392)
Exposição líquida	891.487	5.484	12.532	10.430	919.933

2.19 Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.20 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	2025				
	Entre Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	10
Fornecedores	334.479	-	-	-	334.479
Cessão de crédito	439.980	-	-	-	439.980
Outros passivos	118.410	5.484	12.532	10.430	146.856
Instrumentos financeiros derivativos	(1.392)	-	-	-	(1.392)
Exposição líquida	891.487	5.484	12.532	10.430	919.933

f. Derivativos: No ano de 2025 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger a Companhia contra oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou operações com instrumentos derivativos (em 31 de dezembro de 2024 contratou operações no valor de R\$ 7.630). Em 31 de dezembro de 2025 não havia resultado de operações ainda não liquidadas (em 31 de dezembro de 2024 esses resultados representavam perdas de R\$ 1.327). **g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos:** Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadounidense para cada data-base, conforme informado pela B3. **h. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1, de cerca de 4,14% de oscilação para o dólar estadounidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros.

6. Empréstimos, financiamentos: Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Passivos		Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP				Total
	Empréstimos e financiamentos	Tributos a recolher	Instrumentos financeiros derivativos		Instrumentos financeiros derivativos		
			Títulos a pagar	Outros passivos	ativos	passivos	
Em 1º de janeiro de 2025	10	52.027	-	153.899	(1.327)	-	5.450.818
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de empréstimos - principal	(10)	-	(7.236)	-	-	-	(7.246)
Pagamento de empréstimos - juros	-	-	(5.692)	-	-	-	(5.692)
Integralização de capital	-	-	-	-	-	220.101	220.101
Mútuos passivos	-	-	(3.975)	-	-	-	(3.975)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(10)	-	(16.903)	-	-	220.101	203.188
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	(2.425)	-	-	-	(2.425)
Adições	-	-	10.000	518	-	-	10.518
Empréstimo aquisição empresa controlada	-	-	(250)	-	-	-	(250)
Arrendamentos mercantis	-	-	4.127	-	-	-	4.127
Tributos a recolher	-	33.939	-	-	-	-	33.939
Juros apropriados	-	-	4.702	-	-	-	4.702
Stock option/matching	-	-	-	-	-	2.655	2.655
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	22.129	22.129
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	420.449	420.449
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Outros passivos	-	-	9.429	-	-	-	9.429
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	1.327	-	-	1.327
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	33.939	9.750	16.351	1.327	-	445.222
Em 31 de dezembro de 2025	-	85.966	9.750	153.347	-	-	6.116.141
Em 31 de dezembro de 2024	-	85.966	9.750	153.347	-	-	6.116.141

7. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos: Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com a Companhia e demais empresas do Grupo Hypera, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazo usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do Grupo estão demonstradas a seguir:

Nos ativos e passivos:

	Outros valores a receber (*)		Outros passivos		Outros valores a pagar		Mútuos a pagar	
	Clientes	Outros valores a receber (*)	Outros passivos	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar	Mútuos a pagar	Mútuos a pagar	
2025	855.445	-	(232)	(1.905)	-	-	-	-
Hypera S.A.	-	-	(137)	-	-	-	-	-
Bio Científico Indústria de Cosméticos Ltda.	-	-	(7)	-	-	-	-	-
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	2.406	(45)	-	-	-	-	-
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	-	7	-	-	-	-	-	-
My Agência de Propaganda Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
2024	855.445	2.413	(421)	(1.905)	-	-	-	-
2025	699.871	-	(3.144)	(5.864)	-	-	-	-
Hypera S.A.	-	-	(15)	-	-	-	-	-
Bio Científico Indústria de Cosméticos Ltda.	-	1.021	-	-	-	-	-	-
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	-	(107)	(61)	-	-	-	-
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	-	76	-	-	-	-	-	-
My Agência de Propaganda Ltda.	-	-	(66)	-	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
2024	699.871	1.097	(3.317)	(5.940)	-	-	-	-

No resultado do exercício:

	Vendas de mercadorias/ produtos (*)		Compras de mercadorias/ produtos		Receita de Serviços Prestados		Amortização de Arrendamento		Despesas Financeiras		Recitas Financeiras	
	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis	Aluguéis
2025	3.633.010	-	2.518	-	(242)	(5.553)	(2.798)	-	-	-	-	-
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	-	-	-	-	-	(2.344)	(2.448)	-	-	-	-	-
Hypera S.A.	3.633.010	-	2.518	-	-	(3.209)	(350)	-	-	-	-	-
Bio Científico Indústria de Cosméticos Ltda.	-	(5.169)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	(1.021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	(242)	-	-	-	-	-	-	-
João Alves de Queiroz Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2024	3.633.010	(6.190)	2.518	(242)	(5.553)	(2.798)	-	-	-	-	-	-
2025	3.480.371	-	3.051	-	(449)	(626)	(373)	-	-	-	-	-
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	-	-	-	(186)	-	(114)	(14)	-	-	-	-	-
Hypera S.A.	3.480.371	-	3.051	-	-	(512)	(359)	-	-	-	-	-
Bio Científico Indústria de Cosméticos Ltda.	-	(11.775)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	-	(21.802)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	-	-	(263)	-	-	-	-	-	-	-	-
João Alves de Queiroz Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2024	3.480.371	(33.577)	3.051	(449)	(626)	(373)	-	-	-	-	-	-

(*) Refere-se às vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2025 é de R\$ 3.259.909 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 3.141.421).

* continuação

8. Outros assuntos: Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: A Companhia acompanha continuamente os potenciais impactos contábeis e operacionais decorrentes das mudanças climáticas sobre suas atividades. Suas plantas fabris estão localizadas em áreas industriais controladas, com baixa exposição a estresse hídrico e inundações, e contam com sistemas de reuso de água e poços artesanais como medidas preventivas. Anualmente, a Companhia publica seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mantém iniciativas estruturadas para redução da intensidade de suas emissões diretas de CO₂ equivalente. Esses indicadores são monitorados periodicamente pelo Comitê de Eficiência de Recursos Naturais, que acompanha também metas de uso de água, resíduos sólidos e demais fatores ambientais relevantes. Entre os principais

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

riscos climáticos monitorados destacam-se: **Riscos físicos agudos**, como interrupções de produção decorrentes de eventos climáticos extremos, incluindo chuvas intensas, vendavais e episódios de seca severa. **Riscos físicos crônicos**, como a potencial redução de disponibilidade hídrica ao longo do tempo, ainda que mitigados pelas características dos locais de operação e pela infraestrutura própria da Companhia. **Riscos na cadeia de suprimentos**, mitigados por estratégias de fortalecimento do fornecimento, diversificação de fornecedores e planos de contingência. Até a presente data, não foram identificados impactos materiais decorrentes das mudanças climáticas que exigissem ajustes ou provisões específicas nas demonstrações financeiras. Entretanto, a Companhia segue avaliando cenários climáticos, potenciais efeitos financeiros futuros e possíveis necessidades

de atualização de estimativas contábeis, em linha com a legislação aplicável e com as melhores práticas de gestão de riscos ambientais. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). Os projetos de lei complementar 68 e 108 foram apresentados pelo governo para tratar do assunto. O projeto de lei complementar 68 foi aprovado pelo Congresso (dando origem à Lei Complementar 214/25), enquanto o projeto de lei complementar 108 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação pelo Senado. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma

federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Juliane Dias Plotto Juabre
Diretora

Diretoria

Rafael Vito Batista
DiretorContador
Adilson Benjamim de Lima
CRC 1SP 221851/O-4

Relatório resumido do parecer dos auditores independentes

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços indicados no parágrafo abaixo. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de abril de 2026 pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Esta é uma versão resumida das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao ano de 2025 e não deve ser tomada isoladamente para análises sobre sua situação patrimonial ou financeira. A íntegra do material pode ser acessada nos sites da Companhia (www.brainfarma.ind.br) e do Diário da Manhã (www.dm.com.br).

DM Revista

EDITOR DMREVISTA

MARCUS VINÍCIUS BECK

mvbeck20@gmail.com

 diariodamanhaoficial

  diariodamanha

 dmtvgoiania

ESTREIAS

Djin Sganzerla reforça suavidade

Em 'Eclipse', que chega hoje ao Cine Cultura, inflexão feminista é evidente. Filme trata da relação entre irmãs e os homens que as cercam

Inácio Araujo

Djin Sganzerla não tem, como diretora, nem a força explosiva da mãe, Helena Ignez, nem a força implosiva do pai, Rogério Sganzerla. Sua marca mais evidente é a suavidade, como já indicavam as águas calmas da baía de Guanabara de "Mulher Oceano", sua primeira direção, de 2020.

Se algo mudou para este "Eclipse" não foi o método, mas o tema. Agora não se trata mais de invadir um oceano em busca de si mesma, mas de transitar de um mundo dourado de alta classe média às profundezas da sordidez do homem.

Tudo começa com o encontro entre Cleo (Djin Sganzerla) e Nalu (Lian Gaia), duas meio-irmãs diferentes em vários aspectos. Ambas, no entanto, manifestam forte ligação com a natureza. Cleo, a loira, é astrônoma, e Nalu tem ascendência indígena por parte de mãe, forte elo com onças e é especialista em computadores.

Na visão de Nalu, Cleo seria a filha princesinha da história; a ela, Nalu, restou uma história de estupros perpetrados regularmente pelo próprio pai. Cleo, grávida, tem uma vida que é

difícil imaginar mais plácida com o marido amantíssimo.

Enquanto a relação atritiva com Nalu aos poucos se transforma em amizade, Cleo descobre, nas conversas com a irmã, as iniquidades de que são capazes os homens.

Essa descoberta transformará em definitivo a vida de Cleo (e também ligará as duas irmãs fortemente), pois ela descobre, via WhatsApp, que o marido poderia fazer parte de uma sinistra rede de figuras masculinas que praticam o estupro de jovens.

Desde então, o tom muda. O que era um encontro entre irmãs distantes se transforma em um thriller, enquanto o espectador pode se embrenhar em duas dúvidas até certo ponto cruzadas.

Eis as dúvidas

A primeira: será que o devotado marido de Cleo a trai e de maneira especialmente assustadora? Ou será que Nalu arma uma trama para introduzir a dúvida na plácida vida de Cleo apenas para se vingar dos sofrimentos que sofreu no passado?

Passamos do drama fa-

miliar a um thriller que não raro lembra "A Sombra de uma Dúvida", aquele em que Hitchcock criou aquele marido que, quando sobe as escadas levando um copo de leite à sua mulher, não sabemos se está levando um alimento ou um veneno.

É mais ou menos isso: aquele que está ao seu lado seria uma ameaça, ou não? Caso seja, que nível de perigo pode apresentar?

Se, como diretora, Djin desenvolve um caminho independente e demonstra uma sensibilidade diferente tanto da de Rogério como da Helena, o que impressiona neste filme é, ao primeiro olhar, o domínio do gênero de ação policial.

Se o elo com a natureza parece vir de um temperamento (no primeiro filme, a água; neste, a floresta e os astros), a desenvoltura em relação ao thriller demonstra um elo forte com a tradição do cinema.

A inflexão feminista é evidente no thriller, embora menos rica do que a maneira como o filme sabe aproximar as duas irmãs tão diferentes e mesmo opostas em quase tudo. A música sobre a imagem final me pareceu dispensável. (Folhapress)



Atriz interpreta filha princesinha em longa-metragem

Vencedor do Fica 2025, 'Mambembe' entra em cartaz

Ricardo Vinícius

O cinema goiano ganha destaque na programação do Cine Cultura, nesta semana,

com a estreia de "Mambembe", que entra em cartaz nesta semana. O longa-metragem revisita uma filmagem realizada em 2010 sobre um to-

pógrafo errante e o encontro dele com três mulheres de um circo itinerante. A narrativa parte da tentativa de concluir esse projeto inter-

rompido para refletir sobre acaso, memória e o próprio processo de criação artística.

A produção reforça a presença do audiovisual feito

em Goiás no circuito contemporâneo e amplia o espaço dedicado às narrativas regionais dentro da programação da sala.



Geleia Geral

LUIZ AUGUSTO PAMPINHA LUIZAUGUSTOPAMPINHA@GMAIL.COM

DANIELA TOVIANSKI/GLOBO

Grazi Massafera, como Arminda, brilhou na telinha da Globo em "Três Graças"



LEITURA DINÂMICA

- » - Somos feitos do tempo. Mas é o coração que dá o ritmo. Outro dia, outra chance, outra benção. Bom dia, quinta-feira!
- » - Quer fazer algo para promover a paz no mundo? Vá para casa e Ame sua família...É ali que tudo começa.
- » - O Goiás perdeu para o Cruzeiro (1x0) e está fora da Copa Brasil. O time mineiro avançou e faturou R\$ 3 milhões.
- » - O goleiro Tadeu teve fratura no tornozelo esquerdo e ficará fora do time por 60 dias. Um desfalque lamentável.
- » - A União Europeia retirou o Brasil da lista de países que exportam carnes por não obedecer às normas sanitárias.
- » - Nova fase de operação contra facções criminosas bloqueou mais de R\$ 100 milhões e prendeu suspeitos em Caldas Novas.
- » - Copa do Mundo. Ancelotti elogia Neymar e diz que a convocação será baseada em condição física e desempenho.
- » - "Não há lugar para a sabedoria onde não há paciência". Santo Agostinho



Flávio Ricco

Colaboração: José Carlos Nery

Televisão coloca jornalismo em risco

As emissoras de televisão, pouco a pouco, estão transformando em rotina uma prática que, na verdade, deveria preocupar seriamente o mercado de comunicação: a figura do repórter que grava, entrevista, ilumina, produz, carrega equipamento, pensa enquadramento, resolve problema técnico e ainda tem que entrar no ar boitininho, como se fosse a coisa mais natural desse mundo.

E isto, em muitos casos, sem estrutura mínima ou o apoio que em outros tempos sempre foi oferecido.

Claro que existem profissionais extremamente

talentosos e preparados para desempenhar várias funções. Só que a questão vai além da capacidade.

O pior é quando essa multitarefa deixa de ser exceção e passa a virar modelo de operação e vendida como solução criativa, moderna e econômica.

No final, uma situação que é de toda ruim para o jornalista, cada vez mais sobrecarregado; para os profissionais técnicos, que perdem espaço; e também para o próprio produto final, porque a televisão sempre foi trabalho coletivo. Boa reportagem raramente nasce do improviso permanente.

TV TUDO

Gazeta vai lá

Perdi a conta... Nem sei quanto tempo faz que a Gazeta não sai dos estúdios para cobrir nada do lado de fora. A boa nova é que a convocação da seleção brasileira, segunda-feira, será acompanhada de perto pela repórter Marina Bufon e Muller, direto do Rio de Janeiro. O também ex-jogador Mauro Galvão participará de um programa especial às 18h.

Jornalismo

O presidente Lula nomeou, na quarta-feira, Myrian Pereira como nova diretora de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. Um trabalho que compreende a TV Brasil, Agência Brasil e Rádio Nacional. Com mais de 25 anos de atuação, Myrian é ex-Globo e ex-CBN.

Outra coisa

O pool que está sendo formado para realização dos debates políticos, que já tem SBT, CNN Brasil, O Estado de São Paulo e outras, também contará com a Rede TV!. Já está tudo alinhavado, só não ainda anunciado.

Gravando

Marcio Atalla deu início aos trabalhos de um novo quadro, sobre saúde e bem-estar para o "Domingo Espetacular" da Record. Ainda não tem data da exibição.

Que interessante

O novo quadro do Márcio no "DE" não será sobre emagrecimento, pro-

priamente dito, mas fazer as pessoas chegarem na mesma idade cronológica e biológica. E como convidados, ninguém menos, que Suzy Rego, atriz, e Gilberto Barros, apresentador.

Está escolhida

Foi definido que a repórter Karen Meneghim ficará no lugar do Pedro Ramiro no esporte das Record, ele que está de mudança para a Europa. Kaqren, que é carioca, agora passa a morar em São Paulo.

Craque nisso

"A Nobreza do Amor" vai seguindo a sua exibição na Globo e um dos seus maiores destaques, sem dúvida, é o figurino assinado por Marie Salles. Existe ali uma pesquisa cuidadosa de época, dos anos 1920, combinada à referências da realeza africana e do Nordeste brasileiro. Um resultado sofisticado, cheio de identidade e fundamental para a construção visual da novela.

Mercado

Na última semana deste mês, em dia ainda a ser definido, a Rede TV! vai reunir representantes do mercado e imprensa, para a apresentação da sua nova linha de programas. Babi Xavier e a Nath Finanças, Nathalia Rodrigues, serão alguns desses.

C'est fini

A Globo, como tradicionalmente tem feito, vai exibir a nova temporada do "Que História é Essa, Porchat?"



SALA V I P

RAFAEL GARCIA ANKAI

DIVULGAÇÃO



B2B Goiânia 2026

Thiago Malta está à frente do B2B Goiânia 2026, que acontece no dia 20 de maio, no Espaço Dois Ipês, reunindo empresários, líderes e gestores em uma imersão voltada à estratégia, negócios e conexões de alto impacto. Promovido pela B2 Agência, o evento terá mais de 10 horas de programação com palestras, experiências e networking estruturado. Entre os convidados estão Alfredo Soares, Ciro Rocha, Marcela Zaidem, Yago Martins e o próprio Thiago Malta, reforçando a proposta de oferecer conteúdo prático aliado à geração de oportunidades reais de negócios.

Circuito das Cavalhadas 2026

O governador Daniel Vilela lançou o Circuito das Cavalhadas 2026, que percorrerá 16 municípios entre maio e setembro, com investimento recorde de R\$ 5 milhões. A iniciativa reforça a preservação de uma das tradições culturais mais emblemáticas do estado, com mais de 200 anos de história.

DIVULGAÇÃO



O artista Mateus Dutra lança o livro "Vão" no dia 16 de maio, na Cerrado Galeria, reunindo gravuras em serigrafia que exploram a relação entre gesto, paisagem e processo criativo.

DIVULGAÇÃO

Maísa Gouveia

A estilista Maísa Gouveia tem criação selecionada para exposição no Woodrow Wilson House, destacando a moda autoral brasileira. A peça, com intervenção do artista Selvo Afonso, une arte, moda e biodiversidade em cenário internacional.

Ele tem o mel

O Boticário relança a campanha de Malbec Pure Gold com o retorno da fragrância, estrelada por Kaká. A ação aposta no conceito do "mel" como símbolo de atração, com o embaixador em cena icônica imerso no ingrediente.

Na FEBTUR

O empresário e jornalista José Torres, presidente da ACEG está em Porto Seguro a convite da FEBTUR, participando do II Encontro Nacional de Jornalistas e Comunicadores de Turismo. A FEBTUR está presente em diversos estados e em breve estará sendo criada a FEBTUR-GO.



O casal de empresários Walber e Elizlene Resende receberam convidados na inauguração da 1ª franquia de rua da marca "Colcci", na Alameda Ricardo Paranhos, Setor Marista, em Goiânia. O evento contou com a presença do supervisor nacional da franquia, Leo Dantas.

DIVULGAÇÃO



O DJ John, a consultora de imagem, Keila Moura e o supervisor nacional, Leo Dantas, na inauguração da 1ª franquia de rua da marca "Colcci", na Al. Ricardo Paranhos, em Goiânia.

ANITTA

"O grande inimigo de tudo é a alienação"

Artista defende candomblé, religião da qual é adepta, e diz que crenças podem coexistir

JULIANA ROCHA/DIVULGAÇÃO



Cantora posa para ensaio da revista 'Glamour'

Leonardo Volpato Folhapress

Adepta do candomblé, Anitta diz lamentar que muitas pessoas ainda vejam com estranheza a sua escolha pela religião. Segundo ela, diferentes crenças podem coexistir e levar a uma mesma essência. Capa da edição de maio da revista Glamour, a artista reflete sobre suas escolhas e sobre o preconceito que sofre desde quando resolveu expor sua fé.

"Eu não tenho uma crença única. Acredito que todas as religiões, até a própria ciência, estão falando a mesma coisa, só usam linguagens diferentes. Óbvio que não considero aqui a

parte extremista, de quando se usa isso para controlar um grupo", diz.

"O grande inimigo de tudo é a alienação. Quando o mensageiro vira mais importante do que a mensagem, você já não está mais dando importância ao cerne das coisas, só está preocupado em sair do julgamento como o correto", emenda.

Em 2024, o anúncio de um novo clipe da música "Aceita" fez com que Anitta perdesse 200 mil seguidores em seu perfil oficial de Instagram. Na ocasião, ela condenou os fãs que praticaram intolerância religiosa e recebeu apoio de muitos internautas nos comentários.

POLÊMICA

Juliano Cazarré nega ser red pill

Folhapress

O ator Juliano Cazarré negou ter ligação com o movimento red pill durante debate exibido pela GloboNews nesta terça-feira (12), em que falou sobre o papel do homem na sociedade atual. A conversa reuniu ainda a psicanalista Vera Iaconelli e o jornalista Ismael dos Anjos.

Cazarré disse que não tinha nenhum alinhamento com a cultura red pill. "Para um red pill, eu sou o ser mais abjeto do mundo: sou casado, tenho seis filhos e, quando eu conheci a minha mulher, ela estava grávida do meu primeiro. Adotei um filho que não era meu, isso para um red pill é a morte. Eu não poderia ser mais anti-red pill do que eu sou. O meu curso é só um pouco de bom senso", afirmou.

Durante o debate, o ator afirmou que homens também são as principais vítimas da violência no Brasil. "O Brasil é um país violento contra homens, contra negros, contra brancos, contra crianças, contra idosos. É um dos países que mais matam no mundo. Mata muito homem, inclusive mais mulheres mataram homens do que homens mataram mulheres", disse.

Cazarré também defendeu uma visão de masculinidade ligada à sensibilidade emocional. "Não vou usar cropped, mas escuto as mulheres. Estou reafirmando a minha masculinidade, sou esse cara de bigode, de 100 kg, e escuto vocês, sou delicado, cuido das minhas filhas. Consumo arte, choro com coisas bonitas, falo sobre os meus sentimentos", declarou.

GOIÂNIA

Pecuária começa com shows, tecnologia e reconhecida como patrimônio cultural

Tradicional exposição agropecuária chega à 79ª edição com expectativa de atrair mais de 600 mil pessoas, movimentar R\$ 100 milhões e reforçar a cultura do agronegócio goiano

Welliton Carlos

Festa mais popular de Goiânia, a tradicional "Pecuária" permanece como evento que marca a paisagem e ambiência cultural do goiano: nelores, chapéis Panamá, botas chiquíssimas, maçãs do amor, carroças, pôneis...Os signos do campo são vários. E seguem em vigor.

A prova disso é que começa hoje a 79ª Exposição Agropecuária de Goiás com várias atrações e a missão de renovar o evento, tanto em sua estrutura quanto na vocação.

Inúmeros encontros, palestras e workshop serão realizados na mesma medida em que o palco central receberá artistas populares de diversas matizes.

O governador Daniel Vilela participa, nesta quinta-feira (14/5), às 9h, da abertura. Está programado um discurso que reitera a convicção da importância econômica, cultural e social do evento. O Governo de Goiás estará no evento de diversas formas, seja com palestras, segurança pública e apoio institucional.

Hoje, na arena de shows,

durante a noite, Matheus & Kauan e Simone Mendes comandam a abertura.

As atrações tecnológicas, negócios do agronegócio e atividades culturais devem reunir 600 mil visitantes no Parque de Exposições Pedro Ludovico Teixeira.

Neste ano, o evento ganha a relevância necessária: a exposição foi reconhecida oficialmente como patrimônio histórico e cultural de Goiás.

Sancionada no fim de abril pelo governo estadual, a norma teve origem em projeto do deputado estadual Antônio Gomide.

A Lei nº 24.253 incluiu a Exposição Agropecuária de Goiânia no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado e destaca a importância histórica do evento para o desenvolvimento econômico, turístico e cultural goiano.

A feira é considerada uma das mais tradicionais do Centro-Oeste brasileiro - existe desde 1942. Começou em locais improvisados, no chão batido, depois conseguiu uma sede e, por fim, evoluiu com a sociedade.

Neste ano, a Pecuária pretende movimentar R\$



Parque de Exposições Pedro Ludovico Teixeira recebe a 79ª Pecuária de Goiânia até 24 de maio

100 milhões e 10 mil empregos diretos, uma vez que os dez dias de programação demandam vasta mão de obra.

A entrada segue gratuita. Mas para entrar é preciso a retirada antecipada de ingressos pela internet. A doação de um quilo de alimento não perecível na entrada do parque torna o evento um exemplo de preocupação social.

Crianças

A programação artística da Pecuária de Goiânia terá sequência amanhã com apresentações de Léo Magalhães e da dupla Rio Negro & Solimões. No sábado (16/5), a arena recebe o aclamado DJ Alok - a noite contará com show de Fred & Fabrício. Já o domingo (17/5) será voltado ao público infantil, com atrações de Gato Galáctico e Mundo Bitá.

Na segunda semana do evento, a programação continua na quinta-feira (21/5), com Natanzinho Lima e Ícaro & Gilmar. A sexta-feira (22/5), Ana Castela e Lauana Prado sobem na Pecuária. Mariana Fagundes também está confirmada no evento. No sábado (23/5), Jads & Jadsen e Jiraya Uai movimentam a festa. E no domingo (24/5), shows de Raça Negra e Categoria de Base encerram a celebração.

ECONOMIA CRIATIVA

Claque Cultural encerra com 820 apresentações e 2,5 mil artistas

Daniel Vilela destaca fortalecimento da cultura e da economia criativa no encerramento do Claque Cultural. Gestores apresentaram balanço

Redação

O balanço do projeto Claque Cultural, apresentado ontem no auditório da Fecomércio-GO, mostrou que o circuito realizou cerca de 820 apresentações ao longo de seis meses, reunindo 100 mil pessoas em shows, peças teatrais, sessões de cinema, exposições e apresentações circenses. Nesta edição, cerca de 2,5 mil artistas participaram da programação.

Criado em 2021 para apoiar o setor cultural no período pós-pandemia, o Claque Cultural se consolidou como uma das

principais iniciativas de incentivo à cultura em Goiás.

O governador Daniel Vilela, presente na apresentação de resultados, elogiou a terceira edição: "Esse é um projeto inspirador e motivador".

Claque é promovido pelo Governo de Goiás em parceria com o Sesc Goiás. Para Marcelo Baiocchi, presidente da Fecomércio, "o projeto se consolidou como a maior maratona cultural do Estado".

Segundo o secretário da Retomada, César Moura, o projeto também fortalece a econo-

mia local ao priorizar a contratação de produtores, equipes técnicas e prestadores de serviços dos próprios municípios onde os eventos são realizados.

Com previsão inicial de investimento de R\$ 22,9 milhões, a execução permitiu a devolução de mais de R\$ 5 milhões aos cofres estaduais. Nesta edição, o circuito também ganhou alcance nacional, com apresentações em cidades da Bahia, além de municípios goianos como Goiânia, Anápolis, Jataí, Caldas Novas, Alto Paraíso, Jussara e Morrinhos.

FAMOSAS

'Sister' Chaiany ainda não recebeu "estoque vitalício"

Ex-BBB afirmou em podcast que continua aguardando produtos da marca da empresária Virginia, prometidos durante live em abril

Folhpress

Mais de um mês após deixar o Big Brother Brasil, Chaiany Andrade afirmou que ainda não recebeu o "estoque vitalício" de cosméticos prometido por Virginia Fonseca durante o reality. A influenciadora havia garantido publicamente que enviaria produtos de sua marca para a ex-sister.

A revelação foi feita durante participação de Chaiany no podcast Pod-Delas, ao lado de Samira Sagr. Em conversa com as apresentadoras Viih Tube e Tatá Estaniecki, ela contou em tom bem-humorado que ainda aguarda os itens.

"Não recebi nada", disse.

Apesar da demora, Chaiany evitou críticas à empresária e saiu em defesa dela. "Eu confio nela, ela é ocupada. É mãe solteira, tem três filhos", comentou. A ex-BBB também afirmou que continuará comprando os produtos da marca mesmo que o envio não aconteça.

A promessa ocorreu no início de abril, durante uma live em que Virginia promovia sua linha de beleza. Na ocasião, a influenciadora afirmou que Chaiany poderia pedir qualquer produto sempre que precisasse e que o envio seria permanente.

Opinião Pública

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

O fardo da consciência



Abílio Wolney

Juiz de direito

Existe uma antiga crença de que a consciência humana seria apenas luz e libertação. Contudo, a experiência concreta

da vida revela algo mais complexo: a consciência também pesa. Saber, muitas vezes, significa perder a tranquilidade das ilusões. Quanto mais o ser humano compreende a realidade, mais percebe a fragilidade da vida, a imperfeição das relações e a inevitabilidade do sofrimento.

O filósofo Luiz Felipe Pondé frequentemente aborda essa dimensão trágica da existência. Em obras como (IN)Felicidade para Corajosos, critica a cultura contemporânea da felicidade obrigatória, segundo a qual todos deveriam aparentar equilíbrio, sucesso e satisfação permanente. Para Pondé,

a consciência amplia a angústia porque impede o homem de viver anestesiado diante da morte, da solidão e das condições humanas.

Essa reflexão dialoga com diversos pensadores. Arthur Schopenhauer entendia que quanto maior a consciência, maior a capacidade de sofrer. Søren Kierkegaard afirmava que a angústia nasce da liberdade e das escolhas humanas. Já Sigmund Freud demonstrou que a vida civilizada exige repressão de impulsos e convivência permanente com conflitos interiores.

A sociedade contemporânea tenta fugir desse

peso através do entretenimento constante, das redes sociais e da busca incessante por prazer imediato. Entretanto, a consciência continua inquietando o homem diante do tempo, da culpa, da morte e do vazio existencial. Pensar profundamente tornou-se desconfortável em uma cultura que prefere distração e superficialidade.

Na visão espírita, porém, o peso da consciência possui também um sentido evolutivo. Joanna de Ângelis ensina, por meio da psicografia de Divaldo Pereira Franco, que a consciência desperta conduz ao autoconhecimento e à transfor-

mação moral. Da mesma forma, Emmanuel, nas obras psicografadas por Chico Xavier, apresenta a consciência como tribunal íntimo da alma, diante do qual ninguém consegue fugir de si mesmo.

O fardo da consciência, portanto, não é apenas sofrimento. É também sinal de humanidade e crescimento espiritual. O homem consciente sofre porque percebe mais profundamente a existência. Mas é justamente essa lucidez que torna possíveis a ética, a compaixão, a filosofia, a arte e a busca do sentido da vida.

Silêncio do (pop)rock em Goiânia e a polarização



Fred Le Blue Assis

Doutor em planejamento urbano

Há 20 anos havia uma ambição de que Goiânia se firmasse como a principal capital do rock underground ("Seattle brasileira"), fazendo contraponto ao sertanejo que nunca fez universidade. Até Bruno e Marone, as poucas duplas de sucesso, hoje consideradas clássicas, se radicavam ou orbitavam em torno do show business de Rio e São Paulo sem produzir uma indústria da música rural urbanizada.

O crescimento do agonegócio teve no urbanejo o principal veículo de auto afirmação do neo-conservadorismo das elites do interior do Estado, cujos filhos migraram para cidade visando fazer universidade enquanto, matavam saudade na aula de sinuca ouvindo sertanejo, que, talvez, só por isso, "universitário". Comprando "espi-

ões" prediais com milhos transgênicos, ironicamente contribuíram, juntamente, com o aumento migracional interestadual, para o crescimento da setor de imóveis verticais, inclusive no setor Universitário, que está privando Goiânia ironicamente, justamente, de paisagem horizontal tão característica do meio rural.

O primeiro sinal de retraimento da projeção do rock da cidade, mais do que da MPB e regional, que são blindados pelas políticas culturais, foi a fantasmagorização do pop rock e rock comercial, que teve na Rádio Interativa um dos grandes incentivadores. Em parte, isso se deve ao fato da cena underground não ter incluído esse estilo no seu portfólio em franca expansão na primeira década do século 21, o que a longo prazo, no entanto, foi enfraquecendo a própria cultura alternativa, que é mais próxima do rock radiofônico do que do sertanejo ultrassônico. Em situação de fogo morto, apesar de ainda ter alguns guetos de algumas casas noturnas e festivais musicais e meia dúzia de bandas celebradas nacionalmente e até internacionalmente, hoje o underground é que está na berlinda. A concorrência com outras pick-ups, não dos agrobos, mas dos DJs com seu dance music, hip-hop, trap e funk diminuiu os espaços e momen-

tos do rock alternativo, que costuma demandar mais parafernália técnicas e humanas.

Hoje somos vítimas da ditadura do sertanejo sofre-eeeeeente em supermercados, academias e sinaleiros, um verdadeiro estupro auditivo de uma música grandiloquente, pouco edificante, feita sem poesias e pausas, quase sempre tocada com volumes no talo, apesar de serem produzidas por excelentes músicos, em geral, provindos dos demais gêneros silenciados por não serem sustentáveis financeiramente, como até mesmo, o jazz e heavy metal (isso explicaria algumas vinhetas metaleiras em Zezé di Camargo, o que nós dá certa nostalgia desse tempo, quando ainda havia rock na linguagem musical sertaneja e não só nas vestimentas).

Apesar da resistência comportado do rock indie no Martim Cererê, que depende do Governo do Estado para não sumir do mapa, sustentar a cena rockeira autoral ainda, o seu tribalismo de gueto não contribui para que o estilo ecoe em todas as paisagens sonoras da cidade como um todo. E como o pop e o rock, adormecidos por aqui, é que teriam mais condições de circular, o resultado é uma invisibilização e estigmatização do rock goianiense marginal botafoguense.

Por outro lado, mesmo

que de forma subliminar, sabemos que a (auto)censura musical do rock e pop rock tanto pelo sertanejo pré-universitário, como pelo undergroundnejo tribalista, tem como desdobramentos na política e nas políticas públicas sanitárias, ambientais, sociais, humanas, urbanas e culturais. Isso porque a crônica sertaneja e sua crítica de costumes para uns, amaração pro amor (mal feita) pra outros, raramente aborda a questão do machismo, sustentabilidade e democracia, p. ex.. Ou seja, salvo raras exceções, não contribui para paz social e nem mesmo psicológica, além de prestar um desserviço à saúde pública, por sua recorrente apologia ao consumo excessivo de álcool como estilo de vida socialmente desejável e aceitável, como fizera a indústria do cinema americano com o cigarro que se transformou em fetiche sexual.

Apesar do rock não ser santo, não me lembro de nenhuma banda com exceção do Planet Hemp, ou gêneros jamaicanos, que tivesse uma associação tão intermitente com usos de substâncias químicas, como o sertanejo da atual safra, que têm Goiânia como entreposto cultural e econômico. Está aí a Rádio Brahma para não me deixar mentir, bem como, AM-BEV patrocinando diversos eventos e Festivais sertane-

jos locais e nacionais (Circuito Sertanejo, p. ex.).

Apesar de haver espaço para o Rock clássico nacional e internacional ressoar na Rádio Rock, no Bolshoi, no Vikings e no Kuka Bar, no Woodstock e outros reductos do velho e bom rock and roll, a verdade é que não há espaço para o rock comercial local autoral, nem mesmo em recreios nas escolas, como costumava ocorrer no Colégio Dinâmico. O próprio público é radical, no sentido de preterir essas bandas da cidade, o que levou a um estrangulamento de opções de uma espécie de terceira via. Por outro lado, Brasília segue emprestando memória musical rockeira radiofônica para Goiânia, porque Goiás parece ter uma aversão ao rock com refrão.

O cenário atual em Goiânia é composto por bandas covers que pagam para tocar, porque costumam ser preteridas de editais públicos e não encontram casas de show receptivas ao gênero, ainda mais com a não ser que seja uma banda de baile e eventos bem ecléticas, ter uma banda Rock em Goiás, não segue uma trajetória de pouca projeção midiática e cultural, tendo se tornado, como o Jazz e Blues, um produto de luxo para sobrevivência cultural em Goiânia.

PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br (62) 3567-1000

BOA SAFRA SEMENTES S.A. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM 20 DE MAIO DE 2026. EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026—PROJETOS CULTURAIS FINANCIADOS PELA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO CULTURA (PNAB)

MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS/GO EXTRATO DE CONTRATOS CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS/GO, CNPJ nº 02.647.303/0001-26.

PREFEITURA DE SILVÂNIA AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 SRP O Fundo Municipal de Saúde – FMS do município de Silvânia-Go, torna público que realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 031/2026, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

CLEOMAR RODRIGUES DOS SANTOS, CPF: 898.759.741-53, torna público que recebeu da SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ivollândia-Go, a Licença Ambiental de Instalação – LAI para Lava-jato (Estética Automotiva).

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS DO ESTADO DE GOIÁS ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DIA: 20 de maio de 2026. ENDEREÇO: Rua 5, nº 691, sala 1.311, Ed. The Prime Tamarandê Office.

MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS/GO HOMOLOGAÇÃO A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PILAR DE GOIÁS/GO, no uso de suas atribuições legais e em observância ao Parecer Jurídico emitido pelo assessoria jurídica do departamento municipal de licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARINOS-GO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2026 A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARINOS Estado de Goiás.

AVISO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2026 A Comissão de Licitação torna público que sagrou-se vencedora a seguinte licitante: AC EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.635.989/0001-80.

AVISO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2026 A Comissão de Licitação torna público que sagrou-se vencedoras as seguintes licitantes: R S PANIFICADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.547.760/0001-20.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA/GO EDITAL DE CITAÇÃO DE SERVIDOR Processo Administrativo Disciplinar nº 731/2026 A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por meio do Decreto sob o nº 155/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA/GO EDITAL DE CITAÇÃO DE SERVIDOR Processo Administrativo Disciplinar nº 734/2026 A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por meio do Decreto sob o nº 155/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIALMA AVISO DE NOVA DATA EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 003/2026 A Prefeitura Municipal de Rialma, torna público, que a Concorrência Presencial, tipo menor preço global.

AVISO DE LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 O Município de Arenópolis-Go, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pela Decreto nº. 002/2023.

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - EDITAL nº 001/2026 O Município de Indiará/Go, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TERRAZO JK Na qualidade de condôminos deste condomínio, quitos com as obrigações condominiais.

ZILDA LAURENÇO DE MELO, CPF: 597.292.361-00, torna público que requereu da SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ivollândia-Go, a Licença Ambiental para Corte de Árvores Isoladas Sem Emissão de DOF.

ESTADO DE GOIÁS MUNICÍPIO DE CAMPOS BELOS AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 16/2026 O município de Campos Belos, Estado de Goiás, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

IS MARISTA SPE LTDA, inscrito no CNPJ 44.867.680/0001-10, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Eficiência de Goiânia - SEFIC, as Licenças Ambientais Prévia e de Instalação para construção de uma edificação comercial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TIPO CONCORRÊNCIA Nº 009/2026 MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 009/2026 TIPO: MENOR PREÇO. INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TIPO PREGÃO PRESENCIAL 080/2026 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 080/2026 TIPO: MENOR PREÇO. INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, POR REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO.

WALDIR LUIZ SOBRINHO, CPF nº 612.538.201-04, torna público que recebeu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Santa Helena/Go - SEMMARH, a Licença de Adesão e Compromisso (LAC) protocolado com o Processo nº 005/2026.

A empresa PROBAG EMBALAGENS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.965.612/0003-02, torna público que recebeu da Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia-Go - AMMA, a renovação da Licença Ambiental de Operação nº 087/2026.

Município de Marzagão-GO. Edital de Pregão ELETRÔNICO nº 10/2026 Objeto: Aquisição de equipamento de academia ao ar livre. CONVÊNIO Nº 982509/2025 COM O MINISTÉRIO DO ESPORTE.

MADERATO LTDA, CNPJ sob o nº 10.309.471/0001-30, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, a renovação da Licença Ambiental de Operação.

Acervo de edições Diário da Manhã www.dmacervo.com.br ESTUDO ALERTA PARA ALTA INCIDÊNCIA DE SUICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA



Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permanecemos à disposição para esclarecimentos.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	322.848	285.509
Contas a receber	11	856.370	700.143
Estoques	12	1.202.991	1.128.411
Tributos a recuperar	13	70.468	69.957
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	-	1.327
Outros ativos	14	34.119	40.343
		<u>2.486.796</u>	<u>2.225.690</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.a	381.948	302.199
Tributos a recuperar	13	58.540	35.299
Outros ativos	14	6.346	4.441
		<u>446.834</u>	<u>341.939</u>
Investimentos	15	10.392	369
Imobilizado	16	3.209.023	2.895.131
Intangível	17	1.231.870	1.110.429
		<u>4.451.285</u>	<u>4.005.929</u>
		<u>4.898.119</u>	<u>4.347.868</u>
Total do ativo		<u>7.384.915</u>	<u>6.573.558</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais									
	Nota	Capital de capital	Adiantamento para futuro	Ajustes		Reserva de sub-venção	Reserva de retenção	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Opções de compra de ações	de avaliação patrimonial				
Saldos em 1º de janeiro de 2024		4.300.088							4.712.615
Integralização do capital		194.613							194.613
Exercício de opção de compra de ações	25.b			6.825					6.825
Lucro líquido do exercício	25.e							504.292	504.292
Constituição de reserva legal	25.e					25.215		(25.215)	
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25.e						606.312	(479.077)	127.235
Reversão de reserva para orçamentação de capital	25.e						(95.426)		(95.426)
Outros resultados abrangentes									
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos								664	664
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.494.701		28.680	28.849	65.045	833.543		5.450.818
Saldos em 1º de janeiro de 2025		4.494.701		28.680	28.849	65.045	833.543		5.450.818
Integralização do capital	25.a	64.401							64.401
Capital a integralizar			155.700						155.700
Exercício de opção de compra de ações	25.b			2.655					2.655
Lucro líquido do exercício	25.e							442.578	442.578
Constituição de reserva legal	25.e					22.129		(22.129)	
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25.e						420.449	(420.449)	
Outros resultados abrangentes									
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos								(11)	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		4.559.102	155.700	31.335	28.838	87.174	1.253.992		6.116.141

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Neosoro e Torsilax, dentre outras, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O principal parque fabril da Companhia está localizado em Anápolis-GO, e os produtos ali fabricados - incluindo sólidos, líquidos, semissólidos, injetáveis e efervescentes - são substancialmente vendidos para a controladora Hypera S.A. A Companhia também possui unidade dedicada à fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos, localizada em Goiânia-GO. Em 2022, a Companhia iniciou a construção de uma nova unidade em Jundiá-SP, que contará com instalações dedicadas à fabricação de medicamentos voltados para o segmento hospitalar, incluindo oncológicos, biológicos e especialidades, além de pesquisa e desenvolvimento. Em julho de 2023, a Companhia passou a operar uma nova fábrica localizada em Itapetereira da Serra - SP. Em Barueri - SP, a Companhia mantém centro de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermatocósméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Brainfarma não prepara demonstrações financeiras consolidadas, dado que a Companhia atende às exceções previstas no Item 4 do CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, principalmente devido ao fato de que suas informações são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras da Hypera S.A., sua controladora direta. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de abril de 2026. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados e/ou descontinuados, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas, são divulgadas nas demonstrações financeiras, separadamente das operações da Companhia: i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentadas no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. **c. Novas Normas e Interpretações: Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **Alterações ao IAS CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o CPC 02 (R2) - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2025	2024
Operações continuadas			
Receita líquida	26	3.259.909	3.141.421
Custo das vendas	27.a	(2.559.008)	(2.606.347)
Lucro bruto		700.901	535.074
Despesas com vendas e marketing	27.a	(178.954)	(171.111)
Despesas administrativas e gerais	27.a	(103.047)	(95.980)
Outras receitas operacionais, líquidos	27.b	107.248	314.189
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		526.148	582.172
Receitas financeiras	27.c	58.857	20.981
Despesas financeiras	27.d	(9.849)	(37.481)
Despesas financeiras, líquidas		49.008	(16.500)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		575.156	565.672
Imposto de renda e contribuição social	21.c	(132.332)	(61.564)
Resultado líquido das operações continuadas		442.824	504.108
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas		(246)	184
Lucro líquido do exercício		442.578	504.292
Resultado por ação		0,31000	0,37780

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais		
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	442.578	504.292
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	(17)	1.006
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	6	(342)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(11)	664
Resultado abrangente do exercício	442.567	504.956

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa de juros efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Hedges de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro. **Hedges de fluxos de caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluído o custo de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquidos das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (impairment). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos

Demonstrações dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais		
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas	574.911	565.856
Ajustes		
Depreciação e amortização	160.141	131.715
Perdas (impairment) de ativos	33.390	18.588
Resultado na venda de ativos permanentes	(557)	119
Equivalência patrimonial	246	(184)
Ganhos/Perdas cambiais	(21.493)	29.715
Despesas/receitas de juros e relacionadas, líquidas	(27.515)	(13.215)
Remuneração com base em ações	3.868	6.824
Provisões e outros	(136.906)	(305.162)
Resultado ajustado	586.085	434.256
Variáveis nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(156.227)	(57.103)
Estoques	(68.783)	246.206
Tributos a recuperar	(15.259)	(46.441)
Depósitos judiciais e outros	(147)	9.625
Demais contas a receber	1.548	4.228
Fornecedores	186.474	(12.441)
Cessão de créditos	(42.266)	65.252
Instrumentos financeiros derivativos	864	(4.572)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.386)	-
Tributos a recolher	32.415	3.224
Salários e encargos sociais	(6.660)	(1.072)
Contas a pagar	(3.585)	(6.207)
Juros da operação	(9.507)	(9.620)
Demais contas a pagar	(575)	(4.602)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	499.991	620.733
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Combinação de negócios (menos caixa líquido na aquisição)	(250)	-
Aumento de capital nas controladas/coligadas	(269)	(176)
Compra de ativo imobilizado	(499.072)	(394.202)
Compra de Intangíveis	(193.070)	(248.621)
Venda de ativos de natureza permanentes	149	11.855
Mútuos Ativos	(1.316)	(777)
Juros recebidos	27.988	14.161
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(665.840)	(617.760)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais		
	2025	2024
Pagamento de empréstimos - principal	(7.246)	(8.685)
Pagamento de empréstimos - juros	(5.692)	(4.473)
Integralização de capital	220.101	194.613
Mútuos passivos	(3.975)	2.835
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	203.188	184.290

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média a seguir:

	Anos
Edificações e benfeitorias	46,6
Máquinas, equipamentos e instalação	23,5
Veículos	5,5
Móveis e utensílios	19,5
Ferramentas e vaslhames	7,4

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.9 Intangíveis: a. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados em 5,0 anos. **b. Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 05 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **c. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 10,8 anos. **2.10 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios,

continua ->

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12 Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.13 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.16 Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.18 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfetida e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.20 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado,

a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	2025					2024
	Entre menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral	
Edificações	6,4					
Veículos	3,0					
Equipamentos	5,0					

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **a. Vida útil das marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo: **b. Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 16). **c. Perda (*impairment*) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 26), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 16 e 17). **d. Provisões e contingências passivas:** A nota 24 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas. **e. Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura exigem julgamentos significativos pela administração da Companhia. Não há qualquer impacto ou repercussão fiscal no texto. A questão trata, apenas, da recuperabilidade dos impostos diferidos e não da sua qualidade. **4. Gestão do risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: incluindo risco de mercado - que compreende o risco cambial (valor justo), o risco de taxa de juros, o risco de fluxo de caixa e o risco de preço -, além de risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, com o objetivo de avaliar seus resultados e impactos financeiros sobre o fluxo de caixa. Adicionalmente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes são periodicamente revisados. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos sempre que considerado necessário para suportar a estratégia corporativa ou para manter um nível adequado de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa as informações relacionadas ao gerenciamento de riscos, incluindo as políticas relevantes, bem como os procedimentos e práticas adotados. Em conformidade com a política de gerenciamento de riscos - que proíbe operações especulativas e a realização de vendas a descoberto -, a Companhia administra parte de seus riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que possam resultar no aumento dos valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, bem como os instrumentos financeiros utilizados para mitigar os riscos cambiais, são apresentados a seguir:

	2025		2024	
	US\$ mil	EUR mil	US\$ mil	EUR mil
Passivo				
Fornecedores	9.379	51.564	3.167	19.581
Cessão de crédito	21.689	119.242	29.210	180.544
Instrumentos derivativos que mitigam riscos (*)	-	-	(1.234)	(7.630)
Exposição líquida	31.068	170.806	31.143	192.495

(*) valores nacionais. **c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre da exposição a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Os empréstimos contratados a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros, enquanto os empréstimos contratados a taxas fixas a expõem ao risco de valor justo associado à variação das taxas de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificar os indexadores do seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2025		2024	
	US\$ mil	EUR mil	US\$ mil	EUR mil
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(393.853)	(283.381)		
Títulos a Pagar IPCA	7.500			
Exposição líquida	(386.353)	(283.381)		

d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações comprometidas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). **e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

	2025					2024
	Entre menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	494.178	-	-	-	494.178	-
Títulos a pagar	-	2.500	5.000	-	7.500	-
Cessão de crédito	397.714	-	-	-	397.714	-
Outros passivos	99.470	-	-	-	99.470	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida	991.362	2.500	5.000	-	998.862	-

	2025					2024
	Entre menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral	
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	10	-
Fornecedores	334.479	-	-	-	334.479	-
Cessão de crédito	439.980	-	-	-	439.980	-
Outros passivos	118.410	5.484	12.532	10.430	146.856	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.392)	-	-	-	(1.392)	-
Exposição líquida	891.487	5.484	12.532	10.430	919.933	-

f. Derivativos: No ano de 2025 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger a Companhia contra oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou operações com instrumentos derivativos (em 31 de dezembro de 2024 contratou operações no valor de R\$ 7.630). Em 31 de dezembro de 2025 não havia resultado de operações ainda não liquidadas (em 31 de dezembro de 2024 esses resultados representavam perdas de R\$ 1.327). **g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos:** Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela B3. **h. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 4,14% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos financiamentos e aplicações financeiras projetados para o primeiro trimestre de 2026.

	Cenário		
	Provável	de 25%	de 50%
Aplicações financeiras	240	(14.671)	(29.342)
Títulos a Pagar IPCA	56	13	26
Total do efeito perda (ganho)	296	(14.658)	(29.316)

Premissas cenário provável: CDI previsto 14,83 % a.a. **5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim resumidos:

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Total dos empréstimos, financiamentos (Nota 20)	-	10	-	10
Títulos a pagar	7.500	-	7.500	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(322.848)	(285.509)	(315.348)	(285.499)
Caixa e equivalente de caixa líquido	6.116.141	5.450.818	6.116.141	5.450.818
Total do patrimônio líquido	5.800.793	5.165.319	5.800.793	5.165.319
Índice de alavancagem financeira - %	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

6. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 20 (b)). A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A Companhia em 31 de dezembro de 2025 não apresentou ativos e passivos mensurados pelo valor justo. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2024.

	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.327)	(1.327)	-	(1.327)	(1.327)
Total do ativo	-	(1.327)	(1.327)	-	(1.327)	(1.327)

Passivos
Instrumentos financeiros derivativos - - - -
Total do passivo - - - -

7. Contabilidade de cobertura (*Hedge Accounting*): A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. De acordo com as características do *hedge*, a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge*. A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração. **Hedges de fluxos de caixa:** A Companhia adota o *hedge* de fluxo de caixa para a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de *hedge* são contabilizados pelo valor justo e o objeto de *hedge* pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de *hedge* e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de *hedge* quanto os objetos de *hedge* impactam o resultado pelo valor na curva. Em 31 de dezembro de 2025 não apresentou efeitos contábeis decorrentes desta adoção. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Índice	Tipo de hedge	Valor principal	Saldo		Ganho no resultado abrangente
				ativo/ passivo	abrangente	
Contas a pagar	USD	Caixa	1.234	(1.234)	-	-
NDF	BRL	Caixa	1.234	1.327	(21)	(21)
NDF Compras	BRL	Caixa	-	-	-	-

O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4e). Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8. Instrumentos financeiros por categoria:

Operação	2025		Total
	Custo amortizado	Designados por hedge de fluxo de caixa	
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes (Nota 11)	856.370	-	856.370
Aplicações financeiras (Nota 10)	321.765	-	321.765
Caixa e bancos (Nota 10)	1.083	-	1.083
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outros ativos (Nota 14)	8.314	-	8.314
Total	1.259.620	-	1.259.620

Passivo financeiros, conforme o balanço patrimonial

Operação	2025		Total
	Custo amortizado	Designados por hedge de fluxo de caixa	
Passivo financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos, financiamentos (Nota 20)	-	-	-
Fornecedores (Nota 18)	494.178	-	494.178
Cessão de créditos (Nota 19)	397.714	-	397.714
Outros passivos	99.470	-	99.470
Títulos a pagar	7.500	-	7.500
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Total	998.862	-	998.862

Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial

Operação	2025		Total
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes (Nota 11)	700.143	-	700.143
Aplicações financeiras (Nota 10)	283.381	-	283.381
Caixa e bancos (Nota 10)	2.128	-	2.128
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.327	1.327
Outros ativos (Nota 14)	4.427	-	4.427
Total	990.079	1.327	991.406

Passivo financeiros, conforme o balanço patrimonial

Operação	2025		Total
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	
Passivo financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos, financiamentos (Nota 20)	10	-	10
Fornecedores (Nota 18)	334.479	-	334.479
Cessão de créditos (Nota 19)	439.980	-	439.980
Outros passivos	146.856	-	146.856
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Total	921.325	-	921.325

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. **9. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

Operação	2025		2024	
	2025	202		

*continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Tributos a recuperar:	2025		2024		15. Investimentos: Movimentação dos investimentos:				F2J		Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para hedge de empréstimos LP		Empréstimos e financiamentos		Passivos		Instrumentos financeiros		Instrumentos financeiros		Patrimônio		Total	
	PIS/COFINS/IPI/Outros	ICMS	IRPJ e CSLL a recuperar	Circulante	Não circulante	Arinos Solar VII S.A.	Inversões Anonima	Sociedade	Custo	Custo	Empréstimos e financiamentos	Tributos a recolher	Dividendos a pagar	Outros passivos	Instrumentos financeiros ativos	Instrumentos financeiros passivos	Patrimônio líquido	Total						
	34.167	32.354	87.971	71.885	6.870	1.017	129.008	105.256	58.540	69.957	129.008	35.299	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038	1.781	29.759	38.696	2.392	1.070	40.465	44.784	34.119	40.343	6.346	4.441	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	1.966	591	4.310	2.646	2.038</																			

*continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Cível	318	293
Trabalhista	25.036	20.959
Administrativas/outras	2.874	1.080
Responsabilidade de Ex - Proprietários	211.053	195.254
	239.281	217.586

25. Capital social e reservas: a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente integralizado é de R\$ 4.559.102 (em 31 de dezembro de 2024 - R\$ 4.494.701), representado por 1.427.649.825 (em 31 de dezembro de 2024 - 1.334.826.628) ações ordinárias. Em 30 de junho de 2025, foi aprovado o capital social em R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), mediante a emissão de 125.450.206 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentas e cinquenta mil e duzentas e seis) novas ações, com o preço de emissão individual de R\$ 3,985645095, de modo que o capital social da Companhia passará de R\$ 4.559.101.694,71 (quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e nove milhões, cento e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos), dividido em 1.427.649.825 (Um bilhão, quatrocentos e vinte e sete milhões, seiscentas e quarenta e nove mil, oitocentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse valor foram integralizados R\$ 155.000 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais) em 2025. Em 04 de outubro de 2023, o capital social foi aumentado em R\$ 995.000 (novecentos e noventa e cinco milhões de reais), mediante a emissão de 283.807.473 (duzentos e oitenta e três milhões, oitocentas e sete mil, quatrocentas e setenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,505897822 cada ação, a serem futuramente emitidas ("Novas Ações"). Desse valor foram integralizados R\$ 735.986 em 2023, R\$ 194.613 em 2024 e o saldo restante será integralizado até 30 de junho de 2025.

b. Reserva de capital: Opções de compra de ações: Os planos de ações e opções têm como objetivos principais, atrair, reter e engajar os executivos da Companhia, garantindo que os talentos essenciais permaneçam motivados e comprometidos, além de alinhar os interesses dos executivos com os dos acionistas, promovendo uma visão compartilhada e objetivos comuns. **(i) Opção de compra de ações:** O plano de opção de compra de ações concede ao beneficiário o direito, sem a obrigação, de adquirir lotes de ações da Companhia a preços e prazos predefinidos. Para cada programa, é definida a quantidade de ações que podem ser outorgadas, levando em consideração o percentual de diluição de capital aprovada. As opções podem ser exercidas pelos beneficiários após o encerramento da carência, de acordo com o período definido e a data de vigência de cada programa. Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia utiliza o modelo Black & Scholes, utilizando a taxa Selic e a volatilidade histórica anual na data dos contratos firmados com os beneficiários. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano III em 10 de outubro de 2011, que contempla os Programas de Opção de Compra de Ações, aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas: • Programa 2017: 11 de abril de 2017; • Programa 2023: 28 de dezembro de 2022. **(ii) Plano de concessão de ações em regime de Matching:** O plano de concessão de ações em regime de Matching oferece aos elegíveis a oportunidade de investir entre 50% e 100% do valor líquido do bônus ou do Programa de Participação nos Resultados (PPR) na aquisição de ações da Companhia, com uma contrapartida (match) em ações. Essa contrapartida é sujeita a um período de carência, durante o qual o beneficiário deve manter posse das ações adquiridas. O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que cumpridos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo um maior alinhamento e integração entre seus interesses e o da Companhia, além de fomentar o compartilhamento dos riscos inerentes ao mercado de capitais. Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching para os exercícios de 2018 e 2019 em 19 de abril de 2018 e aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching para os exercícios de 2020 e 2025 em 22 de abril de 2020. Os programas foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	442.578	442.578
Constituição de reserva legal	(22.129)	(22.129)
Constituição de incentivos fiscais	(420.449)	(420.449)
Base de cálculo dos dividendos (a)	—	—
Porcentagem dos dividendos mínimos obrigatórios	(b) 25%	(b) 25%
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%) (c) = (a) x (b)	—	—
26. Receita: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:		
	2025	2024
Vendas brutas de produtos e serviços	3.638.324	3.502.527
Devoluções	(7.185)	(4.006)
Impostos	(371.230)	(357.100)
Receita líquida	3.259.909	3.141.421
27. Composição das contas de resultado: a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos:		
	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	(2.559.008)	(2.606.347)
Matéria-prima	(867.423)	(799.651)
Material de embalagem	(412.597)	(390.970)
Mão de obra	(558.305)	(529.358)
Despesas com depreciações e amortizações	(95.747)	(79.975)
Revenda	(457.577)	(470.963)
Perdas nos estoques	4.607	(62.069)
Variações dos estoques/outras	(171.965)	(273.361)
Despesas com vendas e marketing	(178.954)	(171.111)
Despesas com marketing	—	(224)
Visitação médica, promoções, brindes e amostras	—	(224)
Despesas com vendas	(178.954)	(170.887)
Força de vendas	—	(2.109)
Despesas com fretes e logística	(18.691)	(18.629)
Pesquisa e Desenvolvimento	(106.983)	(111.271)
Despesas com depreciações e amortizações	(49.877)	(35.563)
Demais despesas	(3.403)	(3.315)
Despesas administrativas e gerais	(103.047)	(95.980)
Salários e encargos sociais	(62.386)	(58.721)
Advogados, assessores e auditoria	(12.295)	(8.701)
Despesas com depreciações e amortizações	(26.949)	(26.003)
Demais despesas	(1.417)	(2.555)
b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas:		
	2025	2024
Ganhos eventuais (*)	106.305	312.074
Receitas de alugueis	(215)	2.768
Contingências cíveis e trabalhistas	1.158	(653)
	107.248	314.189
(*) substancialmente referem-se às subvenções governamentais de anos anteriores.		
c. Receitas financeiras:		
	2025	2024
Juros ativos	1.020	2.220
Rendimentos de aplicações financeiras	36.344	18.761
Receita de Hedge e variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	21.493	—
	58.857	20.981
d. Despesas financeiras:		
	2025	2024
Juros sobre financiamentos e empréstimos	—	(4)
Despesas bancárias, descontos concedidos e outros	(619)	(9)
Atualizações monetárias de contingências	(506)	(390)
Juros e comissão sobre carta de fiança	(35)	(15)
Custo de Hedge e variações cambiais líquidas, de fornecedores e clientes	—	(29.715)
Outros	(4.662)	(2.834)
Reversão de ajuste a valor presente	(4.027)	(4.514)
	(9.849)	(37.481)

28. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos: Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com a Companhia e demais empresas do Grupo Hypera, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazo usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do Grupo estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	442.578	442.578
Constituição de reserva legal	(22.129)	(22.129)
Constituição de incentivos fiscais	(420.449)	(420.449)
Base de cálculo dos dividendos (a)	—	—
Porcentagem dos dividendos mínimos obrigatórios	(b) 25%	(b) 25%
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%) (c) = (a) x (b)	—	—
26. Receita: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:		
	2025	2024
Vendas brutas de produtos e serviços	3.638.324	3.502.527
Devoluções	(7.185)	(4.006)
Impostos	(371.230)	(357.100)
Receita líquida	3.259.909	3.141.421

27. Composição das contas de resultado: a. Despesas operacionais e custos dos produtos vendidos:

	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	(2.559.008)	(2.606.347)
Matéria-prima	(867.423)	(799.651)
Material de embalagem	(412.597)	(390.970)
Mão de obra	(558.305)	(529.358)
Despesas com depreciações e amortizações	(95.747)	(79.975)
Revenda	(457.577)	(470.963)
Perdas nos estoques	4.607	(62.069)
Variações dos estoques/outras	(171.965)	(273.361)
Despesas com vendas e marketing	(178.954)	(171.111)
Despesas com marketing	—	(224)
Visitação médica, promoções, brindes e amostras	—	(224)
Despesas com vendas	(178.954)	(170.887)
Força de vendas	—	(2.109)
Despesas com fretes e logística	(18.691)	(18.629)
Pesquisa e Desenvolvimento	(106.983)	(111.271)
Despesas com depreciações e amortizações	(49.877)	(35.563)
Demais despesas	(3.403)	(3.315)
Despesas administrativas e gerais	(103.047)	(95.980)
Salários e encargos sociais	(62.386)	(58.721)
Advogados, assessores e auditoria	(12.295)	(8.701)
Despesas com depreciações e amortizações	(26.949)	(26.003)
Demais despesas	(1.417)	(2.555)
b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas:		
	2025	2024
Ganhos eventuais (*)	106.305	312.074
Receitas de alugueis	(215)	2.768
Contingências cíveis e trabalhistas	1.158	(653)
	107.248	314.189

(*) Refere-se às vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2025 é de R\$ 3.259.909 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 3.141.421).

29. Outros assuntos: Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: A Companhia acompanha continuamente os potenciais impactos contábeis e operacionais decorrentes das mudanças climáticas sobre suas atividades. Suas plantas fabris estão localizadas em áreas industriais controladas, com baixa exposição a estresse hídrico e inundações, e contam com sistemas de reuso de água e poços artesianos como medidas preventivas. Anualmente, a Companhia publica seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mantém iniciativas estruturadas para redução da intensidade de suas emissões diretas de CO₂ equivalente. Esses indicadores são monitorados periodicamente pelo Comitê de Eficiência de Recursos Naturais, que acompanha também metas de uso de água, resíduos sólidos e demais fatores ambientais relevantes.

Entre os principais riscos climáticos monitorados destacam-se:

- **Riscos físicos agudos**, como interrupções de produção decorrentes de eventos climáticos extremos, incluindo chuvas intensas, vendavais e episódios de seca severa.
- **Riscos físicos crônicos**, como a potencial redução de disponibilidade hídrica ao longo do tempo, ainda que mitigados pelas características dos locais de operação e pela infraestrutura própria da Companhia.
- **Riscos na cadeia de suprimentos**, mitigados por estratégias de fortalecimento do fornecimento, diversificação de fornecedores e planos de contingência. Até a presente data, não foram identificados impactos materiais decorrentes das mudanças climáticas que exijam ajustes ou provisões específicas nas demonstrações financeiras. Entretanto, a Companhia segue avaliando cenários climáticos, potenciais efeitos financeiros futuros e possíveis necessidades de atualização

de estimativas contábeis, em linha com a legislação aplicável e com as melhores práticas de gestão de riscos ambientais. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

	2025	2024
Hypera S.A.	—	—
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	—	—
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	—	—
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	—	—
My Agência de Propaganda Ltda.	—	—
Megatelecom Telecomunicações S.A.	—	—
	855.445	2.413
	(232)	(421)
	(137)	(1.905)
	(7)	—
	(45)	—
	7	—
	—	—
	855.445	2.413
	(421)	(1.905)

	2025	2024
Hypera S.A.	—	—
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	—	—
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	—	—
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	—	—
My Agência de Propaganda Ltda.	—	—
Megatelecom Telecomunicações S.A.	—	—
	699.871	1.097
	(3.144)	(66)
	(5.864)	(3.317)
	(15)	(5.940)
	1.021	—
	(107)	—
	76	—
	(66)	—
	699.871	1.097
	(3.317)	(5.940)

No resultado do exercício:

	2025	2024
Vendas de mercadorias/produto (*)	3.633.010	3.633.010
Compras de mercadorias/produtos	(6.190)	(6.190)
Receita de Alugueis	3.051	3.051
Serviços Prestados	(242)	(242)
Amortização de arrendamento	(5.553)	(5.553)
Despesas Financeiras	(2.798)	(2.798)
Receitas financeiras	—	—
	3.633.010	3.633.010
	(6.190)	(6.190)
	3.051	3.051
	(242)	(242)
	(5.553)	(5.553)
	(2.798)	(2.798)

	2025	2024
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	—	—
Hypera S.A.	3.633.010	3.633.010
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	—	—
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	—	—
Megatelecom Telecomunicações S.A.	—	—
João Alves de Queiroz Filho	—	—
	3.633.010	3.633.010
	(6.190)	(6.190)
	3.051	3.051
	(242)	(242)
	(5.553)	(5.553)
	(2.798)	(2.798)

(*) Refere-se às vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2025 é de R\$ 3.259.909 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 3.141.421).

29. Outros assuntos: Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: A Companhia acompanha continuamente os potenciais impactos contábeis e operacionais decorrentes das mudanças climáticas sobre suas atividades. Suas plantas fabris estão localizadas em áreas industriais controladas, com baixa exposição a estresse hídrico e inundações, e contam com sistemas de reuso de água e poços artesianos como medidas preventivas. Anualmente, a Companhia publica seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mantém iniciativas estruturadas para redução da intensidade de suas emissões diretas de CO₂ equivalente. Esses indicadores são monitorados periodicamente pelo Comitê de Eficiência de Recursos Naturais, que acompanha também metas de uso de água, resíduos sólidos e demais fatores ambientais relevantes.

Entre os principais riscos climáticos monitorados destacam-se:

- **Riscos físicos agudos**, como interrupções de produção decorrentes de eventos climáticos extremos, incluindo chuvas intensas, vendavais e episódios de seca severa.
- **Riscos físicos crônicos**, como a potencial redução de disponibilidade hídrica ao longo do tempo, ainda que mitigados pelas características dos locais de operação e pela infraestrutura própria da Companhia.
- **Riscos na cadeia de suprimentos**, mitigados por estratégias de fortalecimento do fornecimento, diversificação de fornecedores e planos de contingência. Até a presente data, não foram identificados impactos materiais decorrentes das mudanças climáticas que exijam ajustes ou provisões específicas nas demonstrações financeiras. Entretanto, a Companhia segue avaliando cenários climáticos, potenciais efeitos financeiros futuros e possíveis necessidades de atualização

Juliane Dias Piotto Juabre
Diretora

Rafael Vito Batista
Diretor

Adilson Benjamim de Lima
CRC 1SP 221851/O-4
Contador

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela

elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de

uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada e da coligada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 22 de abril de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2GO001774/F-2
Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

DIREITOS HUMANOS

Lavagem da Escadaria do Bixiga reafirma presença negra no centro de SP

Elaine Patricia Agência Brasil
Um cortejo formado majoritariamente por mulheres negras e liderado pelo bloco afro Ilú Obá de Min percorreu as ruas do Bixiga na noite de hoje

(13), espalhando água de cheiro e fazendo ecoar o som de seus tambores e de suas vozes. O ato político, cultural e simbólico ocorre desde 2006 na Rua 13 de Maio e na Escadaria do Bixiga, no centro da capital paulista,

e é um manifesto contra o que chamam de falsa liberdade e falsa abolição. A manifestação é realizada sempre no dia em que se celebra a Abolição da Escrav

DIREITOS HUMANOS

Internet precária e falta de identificação são causas de desinformação

Isabela Vieira
Agência Brasil

A falta de acesso à internet ou a conexão de baixa qualidade ainda é uma das principais dificuldades para pessoas se manterem informadas, constatou a pesquisa Dos territórios indígenas às periferias: retratos da desinformação e do consumo de notícias no Brasil, divulgada nesta quarta-feira (13). A falta de conexão do público com os meios de acesso à informação também distancia pessoas das mensagens.

"Mais do que melhorar formatos ou ampliar alcance, o desafio é mudar a lógica: sair de um jornalismo que só 'fala' para um jornalismo que escuta e constrói junto", identificou o levantamento, reali-

zado pela Coalizão de Mídias Periféricas, Faveladas, Quilombolas e Indígenas.

O estudo entrevistou cerca de 1,5 mil pessoas em Santarém (PA), Recife (PE) e São Paulo (SP) e trouxe 16 recomendações para fortalecer o jornalismo e enfrentar a desinformação, além de democratizar a comunicação.

Além da dificuldade de se conectar, problema sugerido por um entre quatro entrevistados, a pesquisa mostra que quem vive nas periferias não consegue diferenciar com facilidade se uma informação é falsa (17%) e ainda relaciona a falta de tempo (16%) à dificuldade de selecionar conteúdos confiáveis.

Quem tem rotina exaustiva e múltiplas funções, caso de muitas mulheres,

tem menos tempo para refletir sobre o conteúdo recebido, analisa a pesquisa.

Para enfrentar esse cenário, o estudo da Coalizão destaca o potencial do jornalismo local, que detém a confiança da população, assim como compreende a realidade dos territórios, explicou a coordenadora do estudo, Thais Siqueira, diretora da Coalizão.

Segundo o levantamento, a maior parte dos entrevistados busca notícias para entender o que aconteceu no próprio bairro, (17%), depois, para tomar decisões (14%), compartilhar informações (12%), além de ter assuntos em conversas (11%).

Para isso, os meios mais acessados são os aplicativos de mensagens e redes

sociais, com destaque para o WhatsApp e o Instagram.

Regiões

Entretanto, há diferenças entre as regiões. Em Recife e São Paulo, há mais diversificação entre as plataformas, sites de notícias e redes sociais, enquanto em Santarém prevalece o WhatsApp, a TV aberta e rádio. A pesquisa ressaltou que a situação indica a relevância de mídia tradicional onde o acesso digital é mais restrito.

O dispositivo mais usado pelo público pesquisado é o celular. A televisão, o computador e o rádio estão na sequência. Os meios tradicionais, ao lado dos sites, assim como pessoas conhecidas, professores e lideranças comunitárias fo-

ram reconhecidas no levantamento sobre o acesso à informação como as fontes mais confiáveis na distribuição de notícias verdadeiras.

Os influenciadores digitais estão no fim da fila, depois de grupos de WhatsApp, contrariando expectativas.

Combate à desinformação

Embora os meios tradicionais sejam os mais acessíveis e confiáveis, o acesso a eles não garante o combate à desinformação. De acordo com a pesquisa, conteúdos produzidos localmente, respeitando saberes, a pluralidade de formas de expressão e "os modos coletivos de construir e validar o saber" têm mais adesão do público.

PUBLICIDADE LEGAL

comercial@dm.com.br
(62) 3267-1000

BOA SAFRA SEMENTES S.A.
CNPJ/MF nº 10.807.374/0001-77
NIRE 52.3000.4239.9
Companhia Aberta

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, EM 20 DE MAIO DE 2026**

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da **BOA SAFRA SEMENTES S.A.**, companhia aberta, com sede social na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na Avenida Circular nº 209, Bairro Formosinha (Setor Industrial I), CEP 73813-014, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 10.807.374/0001-77, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº 52.3000.4239.9 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 4º e 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, **em segunda convocação**, no dia 20 de maio de 2026, às 10:00 horas ("Assembleia"), a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

• aprovar a alteração do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), para refletir o aumento do capital social da Companhia dentro do limite de capital autorizado, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2025, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social.

Instruções e Informações Gerais

Nos termos do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas, tendo em vista se tratar de segunda convocação. Em atenção ao artigo 5º, parágrafo 4º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, a fim de facilitar a participação dos acionistas, e, por consequência, aumentar a representatividade das deliberações a serem tomadas na Assembleia. Assim, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio de sistema eletrônico, disponibilizado pela Companhia ("Plataforma Digital").

As informações detalhadas relativas à participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital estão disponíveis na proposta da administração para a Assembleia ("Proposta da Administração") que poderá ser acessada por meio dos websites da Companhia (www.ri.boasafrasesementes.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).

Participação por meio da Plataforma Digital

Observados os procedimentos previstos neste edital de convocação da Assembleia ("Edital de Convocação") e na Proposta da Administração, para participar por meio da Plataforma Digital, cada acionista deverá acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/344816458>, até o dia 18 de maio de 2026, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, incluindo (i) comprovante expedido pelo Escriturador (conforme abaixo definido), na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; (ii) documentos para comprovação de identidade e poderes do acionista ou do representante, conforme indicados na Proposta da Administração; e (iii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social, na hipótese de representação por procurador ("Cadastro").

Os instrumentos de mandato deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. Os acionistas que não efetuarem o Cadastro no prazo acima referido não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia autorizará a participação na Assembleia somente aqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link recebido e a senha criada pelos acionistas serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**

Participação por meio de Boletim de Voto

A Companhia ressalta que os acionistas que enviaram o Boletim de Voto, por ocasião da primeira convocação que tenha sido considerado válido serão considerados presentes à Assembleia e signatários da ata da Assembleia, sendo que suas instruções de voto serão consideradas na votação da matéria que consta da ordem do dia da Assembleia Geral, nos termos do artigo 49, parágrafo único, da Resolução CVM 81.

O percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal na Assembleia é de 2% (dois por cento) das ações. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (www.ri.boasafrasesementes.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia.

Formosa, 12 de maio de 2026.
Camila Stefani Colpo Koch
Presidente do Conselho de Administração

Acervo de edições

Diário da Manhã

www.dmacervo.com.br

ESTUDO ALERTA PARA ALTA INCIDÊNCIA DE SUICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA

Os efeitos do bolsonarismo nas eleições municipais

Alcoólicom

Autorretratos durante conf